



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
AUDITORIA INTERNA

## RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO

### IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS E DIRIGENTES

<b>ÓRGÃO</b>	: <b>MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (MPU) – 34.000</b>
<b>RAMO</b>	: <b>MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF) – 34.101</b>
<b>EXERCÍCIO</b>	: <b>2011</b>
<b>CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS</b>	: <b>CONSOLIDADA</b>

<b>UNIDADE</b>	: <b>SECRETARIA GERAL</b>
<b>CÓDIGO/UG</b>	: <b>200.097</b>

<b>DIRIGENTE</b>	: <b>Dr. Lauro Pinto Cardoso Neto</b>
<b>CARGO</b>	: <b>Secretário-Geral do MPF</b>
<b>NATUREZA</b>	
<b>DA RESPONSABILIDADE</b>	: <b>Dirigente Máximo</b>
<b>C.P.F.</b>	: <b>337.759.235-00</b>
<b>PERÍODO DE GESTÃO</b>	: <b>1º/1/2011 a 31/12/2011</b>
<b>ATO DE NOMEAÇÃO</b>	: <b>Port. PGR 231</b>
<b>DATA DA PUBLICAÇÃO</b>	: <b>17/5/2010</b>
<b>ENDEREÇO RESIDENCIAL</b>	: <b>SHIS QI 11, Conjunto 01, Casa 13 – Lago Sul, Brasília/DF</b>
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b>	: <b><a href="mailto:laurop@pgr.mpf.gov.br">laurop@pgr.mpf.gov.br</a></b>

<b>DIRIGENTE</b>	: <b>Dr. Leopoldo Klosovski Filho</b>
<b>CARGO</b>	: <b>Secretário-Geral Adjunto do MPF</b>
<b>NATUREZA</b>	
<b>DA RESPONSABILIDADE</b>	: <b>Dirigente Máximo Substituto</b>
<b>C.P.F.</b>	: <b>088.835.729-04</b>
<b>PERÍODO DE GESTÃO</b>	: <b>1/1/2011 a 31/12/2011</b>
<b>ATO DE NOMEAÇÃO</b>	: <b>BSMPF 10/2010 - Apostilamento.</b>
<b>DATA DA PUBLICAÇÃO</b>	: <b>19/5/2010</b>
<b>ENDEREÇO RESIDENCIAL</b>	: <b>SHIN QI 09, Conjunto 10, Casa 01 – Lago Norte, Brasília/DF</b>
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b>	: <b><a href="mailto:lklosovski@pgr.mpf.gov.br">lklosovski@pgr.mpf.gov.br</a></b>

## 1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentamos o Relatório de Auditoria de Gestão sobre as contas do Ministério Público Federal, consolidando as contas da Secretaria de Gestão de Pessoas, da Secretaria de Administração do MPF, das Procuradorias Regionais da República (PRR/1ª a 5ª Região) e Procuradorias da República nos Estados e no Distrito Federal, relativo ao exercício de 2011, peça complementar do Processo de Contas, elaborado em conformidade com os conteúdos gerais e específicos constantes da Parte A do Anexo III da Decisão Normativa TCU nº 117, de 19 de outubro de 2011.

1.2. O presente Relatório reflete os exames realizados pela Auditoria Interna do Ministério Público da União sobre os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal das unidades gestoras integrantes do Ministério Público Federal, cujos trabalhos foram executados por servidores da carreira de controle interno do MPU e outros especialistas nas áreas objeto das análises e avaliações da gestão.

1.3. Os procedimentos adotados observaram as normas e técnicas aplicáveis à Auditoria Pública e ao Controle Interno e incluíram testes de verificações físicas de bens patrimoniais e análise da documentação comprobatória dos atos de gestão das UGs do MPF, na abrangência e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias, objetivando a formação de opinião quanto à regularidade das gestões dos responsáveis, no exercício examinado.

1.4. No decorrer dos exercícios de 2011 e 2012, foram realizadas auditorias *in loco*, nas Secretarias de Administração e de Gestão de Pessoas da Secretaria-Geral/MPF, das Procuradorias Regionais da República da 1ª Região/DF, 2ª Região/RJ, 3ª Região/SP e 4ª Região/RS, Procuradorias da República nos Estados do Amapá; Amazonas; Bahia; Ceará; Distrito Federal; Maranhão; Minas Gerais; Pará; Paraná; Piauí; Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul; Rondônia; Santa Catarina; São Paulo e Tocantins, em relação a atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, com o objetivo de verificar o cumprimento das normas legais aplicáveis, avaliar os controles internos e a compatibilidade dos custos contratados com os parâmetros estabelecidos pela AUDIN/MPU e pela SLTI/MPOG.

## 2. AVALIAÇÕES DA CONFORMIDADE DAS PEÇAS DE QUE TRATA O ARTIGO 13 DA IN TCU Nº 63/2010

O Ministério Público Federal apresentou as peças iniciais das contas relacionadas nos itens I e II do art. 13 da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, sendo que o Rol de Responsáveis (item I) contém as informações listadas no art. 11 e o Relatório de Gestão (item II), contempla os dados indicados no art. 12 da citada IN, verificando-se ainda, que esta peça contempla os formatos e conteúdos obrigatórios nos termos da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011, da Decisão Normativa TCU nº 117/2011 e da Norma de Execução AUDIN/MPU nº 02/2011.

CP SSS  
2/73  
N JT

### **3. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO**

As informações a respeito dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos e metas físicas e financeiras das ações relativas ao exercício de 2011, estão detalhadas a seguir, nos moldes estabelecidos na Lei Orçamentária para 2011 e no Plano Plurianual 2008-2011, assim como os indicadores de desempenho e de gestão:

#### **3.1 Avaliação dos Projetos – Cumprimento das Metas Previstas no Plano Plurianual 2008/2011 - PPA**

Comentaremos nos subitens a seguir as execuções do PPA 2008/2011 e do Orçamento Geral da União - OGU do exercício de 2011 e os resultados alcançados, referentes ao Programa 0581 – Defesa da Ordem Jurídica:

##### **3.1.1 Projeto 1E30 – Modernização das Instalações do Ministério Público Federal**

Foi incluída no PPA 2008/2011 estimativa de R\$ 3.000.000,00 para este projeto, destinado aos serviços de modernização do edifício sede da PGR, a serem executadas no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2010.




Esta ação estava prevista no PPA 2004/2007. Em 2007, foram empenhados R\$ 655.860,00, os quais foram inscritos em restos a pagar em nome da empresa Caviglia & Cia Ltda., com vistas à aquisição de arquivos deslizantes.

No Orçamento Geral da União de 2008 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 1.000.000,00. Do total da referida dotação, foram inscritos R\$ 910.562,95 em restos a pagar, restando R\$ 89.437,05 de crédito disponível não utilizados no final do referido exercício.

Em 31/12/2008, foi contratada a empresa Braun Construções Ltda., no valor de R\$ 910.562,95, por meio do Contrato nº 88/2008, mediante a Concorrência nº 07/2008, com vistas a contratação de empresa para execução de reformas em diversos setores do Edifício-Sede da Procuradoria Geral da República, não pagos no referido exercício, cuja execução ocorreu no exercício de 2009.

O Orçamento Geral da União de 2009 disponibilizou recursos no valor de R\$ 1.000.000,00. Do total da dotação autorizada, foram inscritos R\$ 155.400,00 em restos a pagar, restando R\$ 844.600,00 de crédito disponível não utilizado no final do referido exercício. Além disso, no citado exercício, foram efetuados pagamentos de restos a pagar de 2007 no valor de R\$ 655.860,00 e R\$ 658.246,47.

O Orçamento Geral da União de 2010 atribuiu R\$ 1.000.000,00 ao projeto, dos quais R\$ 300.000,00 foram cancelados (Portaria nº 228, de 11/5/2010, publicada no DOU nº 89, Seção I). Do montante de R\$ 700.000,00 da dotação autorizada, R\$ 590.926,79 foram inscritos em restos a pagar, restando R\$ 109.073,21 de crédito disponível não utilizado.

  
  
3/73  


A meta física prevista para o ano de 2010 foi estabelecida em 2 unidades com modernização de instalações. No entanto, nada foi executado no referido exercício.

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 1.700.000,00. No mesmo exercício houve suplementação no valor de R\$ 250.000,00. O montante de R\$ 1.950.000,00 foi empenhado, tendo sido pagos R\$ 800.085,98 até o final do ano, sendo o saldo remanescente, no valor de R\$ 1.149.914,02, inscrito em Restos a Pagar.

No orçamento de 2011 consta meta física de 44% da obra, havendo realização no exercício de 20,71%, o que a Unidade justificou como havendo necessidade de prorrogação do prazo de conclusão tendo em vista principalmente o acréscimo de alguns serviços não previstos originalmente e a exigência de que alguns serviços fossem refeitos pela contratada.

Houve execução do montante de R\$ 520.000,00 de Restos a Pagar de 2010, segundo o SIGPLAN.

A dotação inicial para este programa foi de R\$ 61.000.000,00, mas o valor autorizado foi de R\$ 11.001.456,00, para aparelhar as unidades do Ministério Público Federal, mediante a modernização de equipamentos, instalações e tecnologias. Foi empenhado o valor de R\$ 9.606.864,53, sendo pagos R\$ 446.628,70 e inscrito em Restos a Pagar Não Processados o montante de R\$ 9.160.235,83. Da dotação autorizada, não foram utilizados recursos no valor de R\$ 1.394.591,47.

### **3.1.2 Projeto 1146 – Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caxias do Sul - RS**

Foi incluída no PPA 2008/2011 estimativa de R\$ 1.400.000,00 para este projeto, destinado à construção do edifício-sede da Procuradoria da República em Caxias do Sul-RS, a ser executada no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2009.

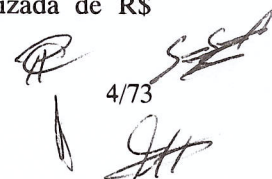
Essa ação estava prevista no PPA 2004/2007. A execução em 2007 se limitou ao valor de R\$ 8.260,00 destinado à execução de levantamento plani-altimétrico e sondagem para reconhecimento do subsolo do terreno onde será construída a referida sede.

No Orçamento Geral da União de 2008 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 360.000,00. Do total da referida dotação, foram cancelados R\$ 210.000,00, restando R\$ 150.000,00 de dotação autorizada. Do referido valor, R\$ 117.314,57 destinado à elaboração do projeto executivo foi inscrito em restos a pagar, restando R\$ 32.685,43 de crédito disponível.

No Orçamento Geral da União de 2009 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 400.000,00. No entanto, a dotação orçamentária não foi executada.

Dos R\$ 117.314,57 inscritos em restos a pagar de 2008, foi pago no exercício de 2009 a quantia de R\$ 11.731,45, sendo o saldo, no valor de R\$ 105.583,12, reinscrito em restos a pagar.

No Orçamento Geral da União de 2010 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 400.000,00, com posterior suplementação no montante de R\$ 120.000,00. A dotação autorizada de R\$

  
4/73

520.000,00 foi empenhada em favor da empresa Oros Engenharia Ltda.. Tal valor foi inscrito em sua totalidade em restos a pagar. Dos R\$ 105.583,12 de restos a pagar provenientes do exercício de 2008, foi pago o valor de R\$ 58.657,27 em 2010.

A meta física prevista para o exercício de 2010 era de 29%, não sendo alcançada. As obras têm previsão para início em fevereiro de 2011.

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 2.000.000,00. A referida dotação foi suplementada em R\$ 400.000,00, conforme Portaria PGR n.º 670, de 13/12/2011, totalizando R\$ 240.000,00 de dotação autorizada. Esse valor foi integralmente empenhado, e inscrito em Restos a Pagar Não Processados o montante de R\$ 2.400.000,00.

Os valores da LOA 2011 ficarão em restos a pagar para execução em 2012. Foi contratada a empresa Oros Engenharia, pelo valor de R\$ 7.395.911,47, para construção do edifício, no período de 21/1/2011 a 10/5/2013, com início da obra previsto para março/2011. A ordem de serviço foi emitida em 28/03/2011. Será utilizado RAP/2010 até maio/2011. A partir de junho/2011 está prevista a revisão do cronograma inicial da licitação para utilização total dos recursos previstos na LOA ainda em 2011.

A meta física prevista para o exercício foi de 38% do total do projeto. A Unidade informa, em seu Relatório de Gestão, que executou 0% do total e o percentual atingido decorrente da revisão do projeto de fundações, tendo em vista que a sondagem inicial indicou solo diverso do encontrado após as escavações no local. A meta para 2012 corresponde ao limite máximo de recursos disponíveis considerando o RAP 2010 (R\$ 520.000,00), a LOA 2011 (R\$ 2.400.000,00) e a LOA 2012 (1.300.000,00).

### **3.1.3 Projeto 1I49 – Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Pelotas - RS**

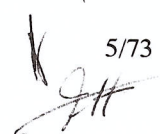
Foi incluída no PPA 2008/2011 estimativa de R\$ 1.000.000,00 para este projeto, destinado à construção do edifício-sede da Procuradoria da República em Pelotas-RS, a ser executada no período de 2007 a 2012.

Essa ação estava prevista no PPA 2004/2007. Em 2007, foi alocado o valor de R\$ 6.500,00, empenhado e pago à empresa Quites – Engenharia e Consultoria de Fundação, com vistas à execução de levantamento plani-altimétrico e sondagem de subsolos para futura sede da PRM-Pelotas/RS.

No Orçamento Geral da União de 2008 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 360.000,00, o qual foi cancelado.

No Orçamento Geral da União de 2009 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 500.000,00. No mesmo exercício houve suplementações nos valores de R\$ 149.149,00 ( Portaria nº 595, de 02/12/2009, do Procurador-Geral da República, publicada no DOU, Seção 1, de 03/12/2009) e de R\$ 1.000.000,00 ( Lei nº 12.178, de 29/12/2009, publicado no DOU, Seção 1, de 29/12/2009), totalizando R\$ 1.649.149,00, o qual foi empenhado e inscrito em restos a pagar em sua totalidade à empresa Fator Engenharia Ltda., vencedora da Concorrência nº 01/2009. Em 2010, foram pagos R\$ 788.889,37 deste montante.





No Orçamento Geral da União de 2010 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 400.000,00, o qual foi suplementado em R\$ 120.000,00. O montante de R\$ 520.000,00 foi empenhado no fim do ano e inscrito em restos a pagar pelo seu valor total.

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 1.700.000,00. No mesmo exercício houve suplementação no valor de R\$ 250.000,00. O montante de R\$ 1.950.000,00 foi empenhado, tendo sido pagos R\$ 800.085,98 até o final do ano, sendo o saldo remanescente, no valor de R\$ 1.149.914,02, inscrito em Restos a Pagar.

No orçamento de 2011 consta meta física de 44% da obra, havendo realização no exercício de 20,71%, o que a Unidade justificou como havendo necessidade de prorrogação do prazo de conclusão tendo em vista principalmente o acréscimo de alguns serviços não previstos originalmente e a exigência de que alguns serviços fossem refeitos pela contratada.

Houve execução do montante de R\$ 520.000,00 de Restos a Pagar de 2010, segundo o SIGPLAN.

#### **3.1.4 Projeto 10TY – Construção do Edifício-sede da Procuradoria da República em Aracaju - SE**

Foi incluída no PPA 2008/2011 estimativa de R\$ 10.200.000,00 para este projeto, destinado à construção do edifício-sede da Procuradoria da República em Aracaju-SE, a ser executada no período de agosto de 2007 a agosto de 2011.

Esta ação estava prevista no PPA 2004/2007. Em 2007 foram pagos R\$ 12.000,00 e inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 180.036,00, dos quais houve pagamento em 2008 de R\$ 6.751,35, valor referente ao Estudo Preliminar, ficando as demais etapas para o exercício de 2009.

No Orçamento Geral da União de 2008 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 360.000,00, tendo sido cancelada a referida dotação.

No Orçamento Geral da União de 2009 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 500.000,00, tendo sido cancelado o valor de R\$ 445.000,00, restando R\$ 55.000,00, cujo valor não foi utilizado. No Relatório de Gestão, fls. 14, a Unidade Gestora informou que *“a grande dificuldade encontrada no trâmite do processo da ação 10TY da PR/SE, decorre da distância entre a empresa contratada (localizada em Salvador), esta Unidade (em Aracaju) e a CEA/MPF (em Brasília), o que faz com que a realização de reuniões presenciais seja dificultada e o trâmite do processo seja demasiadamente lento.”*

Em 2010, foram pagos R\$ 17.013,40 de restos a pagar de 2007. O Orçamento Geral da União reservou R\$ 400.000,00 para o projeto, terminando o exercício como crédito não utilizado.

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 500.000,00. O montante de R\$ 500.000,00. foi empenhado, tendo sido pagos R\$ 14.183,02 até o final do ano. Os R\$ 485.816,98 restantes foram inscritos em Restos a Pagar não processados.

Foi transferido para o presente exercício o valor de R\$ 156.271,25, referentes a restos a pagar



6/73



do exercício 2007, relativos à contratação dos projetos executivos da nova sede do MPF/SE.

Não houve estabelecimento de meta física na LOA de 2011.

### **3.1.5 Projeto 11KE – Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre - RS**

Foi incluída no PPA 2008/2011 estimativa de R\$ 25.063.051,00 para este projeto, destinado à construção do edifício-sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre-RS, a ser executada no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010.

Esta ação estava prevista no PPA 2004/2007. Em 2007, foram pagos R\$ 11.260,00 e inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 4.681.888,00. Do valor de R\$ 3.315.000,00, inscritos em restos a pagar em 2006, foram pagos R\$ 1.045.981,72 em 2007 e R\$ 953.650,79 em 2008.

No Orçamento Geral da União de 2008 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 6.750.000,00, dos quais R\$ 1.350.000,00 foram cancelados, restando uma dotação autorizada de R\$ 5.400.000,00. No entanto, nada foi empenhado. Houve um destaque concedido ao Ministério da Defesa, Departamento de Engenharia e Construção do Comando do Exército, destinado ao atendimento dos serviços de fiscalização da obra, no valor de R\$ 70.817,00. O saldo remanescente de R\$ 5.329.183,00 não foi utilizado.



No Orçamento Geral da União de 2009 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 2.000.000,00 e suplementação de R\$ 1.000.000,00 ( Lei nº 12.178, de 29/12/2009). Houve um novo destaque concedido ao Ministério da Defesa, Departamento de Engenharia e Construção do Comando do Exército, destinado ao atendimento dos serviços de fiscalização da obra, no valor de R\$ 40.421,00. O saldo remanescente de R\$ 2.959.579,00 foi empenhado em nome da Tecon Tecnologia em Construções Ltda., tendo sido pago o valor de R\$ 14.950,00 e inscrito R\$ 2.944.629,00 em restos a pagar.

Em 2010 foram pagos os R\$ 2.944.629,00 inscritos em restos a pagar em 2009. O Orçamento Geral da União reservou para o projeto R\$ 5.000.000,00, ocorrendo suplementação em R\$ 1.500.000,00 durante o exercício. Do total da dotação autorizada do período, foram pagos R\$ 134.783,39. O valor empenhado restante de R\$ 6.353.681,61 foi inscrito em restos a pagar.

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 10.000.000,00. No mesmo exercício houve suplementação no valor de R\$ 2.000.000,00, por meio da Portaria PGR nº 670 de 13/11/2011, publicada no DOU 14/11/2011, totalizando R\$ 12.000.000,00. O montante de R\$ 12.000.000,00 foi empenhado, tendo sido pagos R\$ 1.149.035,11 até o final do ano, sendo o saldo remanescente, de R\$ 10.850.964,89, inscrito em Restos a Pagar.

No orçamento de 2011 consta meta física de 24% da obra, havendo realização no exercício de 2,58%, o que a Unidade justificou como decorrente da execução dos Restos a Pagar de 2010 até outubro.

Houve execução do montante de R\$ 6.362.047,00 de Restos a Pagar de 2010, estando incluso

   
7/73

o valor de R\$ 43.593,03 pagos devido a reajuste contratual, que não gerou avanço físico na obra.

### **3.1.6 Projeto 11SD – Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Belém – PA**

Foi incluída no PPA 2008/2011 estimativa de R\$ 8.600.000,00 para este projeto, destinado à construção do edifício-sede da Procuradoria da República em Belém-PA, a ser executada no período de dezembro de 2007 a novembro de 2012.

Essa ação estava prevista no PPA 2004/2007, mas nada foi executado no período.

No Orçamento Geral da União de 2008 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 900.000,00, dos quais R\$ 640.000,00 foram cancelados, restando dotação autorizada de R\$ 260.000,00. O valor empenhado foi de R\$ 200.002,86, sendo pago R\$ 4.600,06 referente a fase inicial do projeto executivo (estudo preliminar), havendo inscrição de restos a pagar no valor de R\$ 195.402,80. Restou um crédito disponível de R\$ 59.997,14.

Os restos a pagar inscritos no valor de R\$ 195.402,80 não foram executados no ano de 2009. O valor foi registrado na conta Reinscrição de Restos a Pagar Não Processados Exercício Anterior no exercício de 2010.

No Orçamento Geral da União de 2009 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 500.000,00, sendo que uma parte foi cancelada, no montante de R\$ 150.000,00 e o saldo de R\$ 350.000,00 restou como crédito disponível.



Em 2010, do saldo de restos a pagar de R\$ 195.402,80 foram pagos R\$ 15.762,03, restando R\$ 179.640,77 a pagar. O Orçamento Geral da União de 2010 alocou R\$ 400.000,00 de crédito orçamentário ao projeto, sendo que, deste montante, R\$ 8.724,45 foram liquidados e pagos. Do saldo da dotação, R\$ 81.200,07 foram inscritos em restos a pagar do período e os R\$ 310.075,48 restantes não foram utilizados.

Não houve meta física e créditos no orçamento de 2011, havendo apenas a execução dos R\$ 81.200,07 inscritos em Restos a Pagar referentes ao exercício de 2010. Sobre esse fato, a Unidade justificou que *“os valores inscritos em restos a pagar previstos para serem liquidados até 30/04/2011, foram prorrogados por força do Decreto nº 7.468/2011. O projeto executivo teve a sua conclusão prorrogada para 30/12/2011.”*

### **3.1.7 Projeto 12AZ – Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campina Grande - PB**

Foi incluída no PPA 2008/2011 estimativa de R\$ 1.500.000,00 para este projeto, destinado à construção do edifício-sede da Procuradoria da República em Campina Grande-PB, a ser executada no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2010.

Essa ação estava prevista no PPA 2004/2007, mas não houve execução no período.

  
  
8/73

No Orçamento Geral da União de 2008 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 360.000,00, dos quais R\$ 305.000,00 foram cancelados, restando um total autorizado de R\$ 55.000,00. Foram empenhados R\$ 53.600,00 referentes à contratação de empresa especializada para elaboração do projeto executivo necessário à obra em questão, objeto da Tomada de Preços nº 05/2008 do qual a empresa POLICONSULT foi a vencedora. Esse valor foi inscrito em restos a pagar não-processados. Além disso, foi empenhado e pago o valor de R\$ 740,00, referente a uma complementação para o serviço de laudo de sondagem, restando um saldo orçamentário de R\$ 660,00.

Dos restos a pagar inscritos em 2008, somente R\$ 5.060,00 foram pagos no ano de 2009, referente a execução da 1ª etapa do serviço de elaboração do projeto executivo, o restante foi reinscrito em restos a pagar não processados do exercício anterior, equivalente a R\$ 48.540,00 para o ano de 2010, sendo integralmente pagos no referido ano.

No Orçamento Geral da União de 2009 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 500.000,00, sendo o referido valor cancelado.

No Orçamento Geral da União de 2010 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 600.000,00, o qual foi suplementado em R\$ 180.000,00 (Portaria PGR nº 640, de 14/12/2010, publicada no DOU de 15/12/2010). Esta dotação de R\$ 780.000,00 foi integralmente inscrita em restos a pagar após ser empenhada em favor da empresa CONSTRAL - Const. e Consultoria Santo Antonio Ltda por meio da NE 679 de 2010.



No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 2.000.000,00. No mesmo exercício houve suplementação no valor de R\$ 400.000,00, por meio da Portaria PGR nº 670 de 13/11/2011, publicada no DOU 14/11/2011, totalizando R\$ 2.400.000,00. O montante de R\$ 2.400.000,00 foi empenhado, tendo sido pagos R\$ 19.300,00 até o final do ano, sendo inscrito em Restos a Pagar o montante de R\$ 2.380.700,00.

No orçamento de 2011 consta meta física de 38% da obra, havendo realização no exercício de 0,28%, o que a Unidade justificou como decorrente da suspensão da obra, considerando a necessidade de novo projeto de fundação, que se encontra em elaboração.

Houve execução do montante de R\$ 92.020, de Restos a Pagar de 2010, remanescendo ainda R\$ 687.980,00 do saldo anterior.

### **3.1.8 Projeto 12A0 – Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Foz do Iguaçu - PR**

Foi incluída no PPA 2008/2011 estimativa de R\$ 2.900.000,00 para este projeto, destinado à construção do edifício-sede da Procuradoria da República em Foz do Iguaçu-PR, a ser executada no período de janeiro de 2007 a julho de 2010.

  
 9/73

Essa ação estava prevista no PPA 2004/2007, mas não houve execução naquele período.

No Orçamento Geral da União de 2008 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 240.000,00, dos quais R\$ 100.000,00 foram cancelados, restando o valor autorizado de R\$ 140.000,00. Foram empenhados R\$ 10.721,00, os quais foram inscritos em restos a pagar destinado a realização de sondagem do solo e levantamento planialtimétrico. Restou um crédito disponível no valor de R\$ 129.279,00.

No Orçamento Geral da União de 2009 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 200.000,00. No entanto, após a suplementação de R\$ 60.000,00, a dotação autorizada total de R\$ 260.000,00, não foi executada.

A meta física prevista foi de 3%, que não foi realizada. Não consta do Relatório de Gestão justificativa do motivo da inexecução.

A importância inscrita em restos a pagar de 2008, foi liquidada no exercício de 2009, conforme 2009NS000262, de 4/2/2009, para a empresa Protogeo Engenharia de Agrimensura Ltda., no valor de R\$ 5.821,00 e 2009NS000925, de 28/4/2009, para a empresa Fungeo Fundações e Geologia Ltda., na importância de R\$ 4.900,00.

No Orçamento Geral da União de 2010 foi alocado crédito orçamentário de R\$ 200.000,00, o qual foi suplementado em R\$ 60.000,00 (Portaria PGR nº 640/2010, publicada no DOU de 15/12/2010) e em R\$ 150.000,00 (Lei nº 12.355/2010, publicada no DOU de 30/12/2010), totalizando uma dotação autorizada de R\$ 410.000,00. Deste montante, R\$ 288.761,07 foram empenhados à empresa Wring Consultoria para elaboração do projeto executivo e inscritos em restos a pagar ao final do exercício. O valor restante de R\$ 121.238,93 não foi utilizado.

No exercício de 2011 não foi estabelecida meta física, nem foi concedido crédito na LOA para o projeto. Consta no SIGPLAN, conforme consulta efetuada em 24/7/2012, que “desde sua contratação, em 25 de janeiro de 2011 (Edital da Tomada de Preços nº 03/2010/MPF/PR), os projetos básico e executivo sob a responsabilidade da empresa Wiring Construtora de Obras Ltda, já foram analisados pelos Procuradores da República em Foz do Iguaçu e pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura da PGR. Neste momento retornaram à empresa para correção dos ajustes indicados. Nenhum pagamento foi promovido, ante o inicial estágio dos serviços executados. A previsão inicial financeira será reprogramada, observada a Lei Orçamentária Anual de 2012.”

Não houve execução no exercício de 2011.

### **3.1.9 Projeto 12B6 – Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Teresina - PI**

Foi incluída no PPA 2008/2011 estimativa o valor de R\$ 10.000.000,00 para este projeto, destinado à construção do edifício-sede da Procuradoria da República em Teresina-PI, a ser executado no

período de janeiro de 2007 a dezembro de 2010.

Essa ação estava prevista no PPA 2004/2007. Em 2007 foram inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 3.756.955,89, empenhado à empresa Construtora Sucesso S.A, vencedora da Concorrência nº 01/2007, para construção da 1ª etapa das obras. Desse montante, uma parte foi paga no exercício de 2008, no valor de R\$ 1.458.603,24.

No Orçamento Geral da União de 2008 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 1.350.000,00, havendo suplementação no valor de R\$ 2.450.000,00, totalizando 3.800.000,00, os quais foram totalmente empenhados. Esse empenho refere-se à 2ª etapa da construção do edifício-sede da Procuradoria da República no Estado do Piauí, objeto da Concorrência nº 01/2008, vencedora a empresa Macrobases Engenharia Comércio e Serviços. Houve pagamento no valor de R\$ 337.305,00 e inscrição de restos a pagar no exercício de 2008 de R\$ 3.462.694,00.

No Orçamento Geral da União de 2009 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 800.000,00. Do total da referida dotação, foram pagos R\$ 414.458,78 e inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 385.541,22.

O saldo dos restos a pagar inscrito em 2007 foi pago ano de 2009, no valor de R\$ 2.839.169,30. Quanto a inscrição do restos a pagar no exercício de 2008, no valor de R\$ 3.462.694,00, parte foi liquidada em 2009, no montante de R\$ 695.052,79 e o restante foi reinscrito em restos a pagar não processados na quantia de R\$ 2.700.237,80.

O Orçamento Geral da União de 2010 atribuiu R\$ 12.564.980,00 ao projeto, com dotação atualizada para R\$ 13.064.980,00, os quais foram totalmente empenhados. Do montante de R\$ 13.064.980,00, R\$ 340.114,94 foram liquidados e pagos, sendo o restante, no valor de R\$ 12.724.865,06, inscritos em restos a pagar não-processados.



Quanto a inscrição de restos a pagar do exercício de 2009, no valor de R\$ 385.541,22, tudo foi liquidado em 2010, bem como R\$ 2.700.237,80 inscritos em 2008, totalizando R\$3.085.779,02 pagos em 2010.

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 500.000,00. No mesmo exercício houve suplementação no valor de R\$ 100.000,00, por meio da Portaria PGR nº 644 de 29/11/2011, publicada no DOU de 30/11/2011, totalizando R\$ 600.000,00. O montante de R\$ 600.000,00 foi empenhado, mas nenhum valor foi pago, sendo todo o valor inscrito em Restos a Pagar não processados.

No orçamento de 2011 consta meta física de 2% da obra, não realizada, pois não houve execução.

### **3.1.10 Projeto 3106 – Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Rio Branco - AC**

Foi incluída no PPA 2008/2011 estimativa de R\$ 4.700.000,00 para este projeto, destinado à

  
11/73 

construção do edifício-sede da Procuradoria da República em Rio Branco-AC, a ser executada no período de janeiro de 2004 a novembro de 2008.

Essa ação estava prevista no PPA 2004/2007. Não existem valores inscritos em 2007 para serem pagos em 2008, tendo em vista que o Contrato nº 07/2006 mantido com a empresa ENCON foi rescindido. Os valores pagos em 2008 (R\$ 245.704,23) referem-se a RP de 2006.

No Orçamento Geral da União de 2008 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 1.630.000,00. Houve uma suplementação de R\$ 470.000,00, sendo empenhados R\$ 2.074.000,00, assim distribuídos: a) R\$ 1.850.000,00 destinado à 1ª etapa da obra e b) R\$ 224.000,00 para a elaboração dos projetos executivos. Houve pagamento de R\$ 18.592,00 e inscrição em restos a pagar não processados de R\$ 2.055.408,00, cujo valor foi cancelado em 2009.

No Orçamento Geral da União de 2009 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 500.000,00. Houve uma suplementação de R\$ 2.128.657,00 (Lei nº 12.185, de 29/12/2009), resultando no total de R\$ 2.628.657,00, cujo valor foi totalmente empenhado à empresa ADINN Construção e Representação Ltda., vencedora da Concorrência nº 01/2008, contratada para executar o remanescente da obra. Do referido valor, foram pagos R\$ 1.078.631,90, sendo o restante inscrito em restos a pagar, no valor de R\$ 1.550.025,10.




O Orçamento Geral da União de 2010 atribuiu R\$ 1.000.000,00 ao projeto. Houve uma suplementação de R\$ 300.000,00, totalizando R\$ 1.300.000,00. Desse montante, R\$ 999.002,73 foram liquidados e pagos, sendo o restante, no valor de R\$ 300.997,27, inscritos em restos a pagar não-processados.

Quanto a inscrição de restos a pagar do exercício de 2009, no valor de R\$ 1.550.025,10, tudo foi liquidado e pago em 2010.

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 2.500.000,00. No mesmo exercício houve suplementação no valor de R\$ 260.430,00, por meio da Portaria PGR nº 644 de 29/11/2011, publicada no DOU 30/11/2011, totalizando R\$ 2.760.430,00. O montante de R\$ 2.708.64,10 foi empenhado, tendo sido pagos R\$ 424.089,23 até o final do ano, sendo inscritos em Restos a Pagar o montante de R\$ 2.284.561,93 no mês de dezembro, quando foi homologado o resultado da Concorrência nº 2/2011 para contratação de empresa para a 2ª etapa da obra. O valor de R\$ 51.745,90 foi apropriado como destaque concedido, restando saldo de R\$ 32,94 de crédito disponível.

Na LOA de 2011 consta meta física de 18% da obra, havendo realização no exercício de 2,87%. A 1ª etapa da obra foi concluída em junho.

Houve execução do montante de R\$ 300.997,27 inscritos em Restos a Pagar de 2010.

  
  
 12/73

### **3.1.11 Projeto 3112 – Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Luís – MA**

Foi incluída no PPA 2008/2011 estimativa de R\$ 10.419.385,00 para este projeto, destinado à construção do edifício-sede da Procuradoria da República em São Luís-MA, a ser executada no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2011.

Essa ação estava prevista no PPA 2004/2007. Os recursos que foram disponibilizados em 2007, no valor de R\$ 2.400.000,00, sendo inscritos em restos a pagar. Em 2008 foram pagos R\$ 1.721.941,52 referentes a restos a pagar daquele exercício.

No Orçamento Geral da União de 2008 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 1.000.000,00. Houve suplementação de R\$ 3.800.000,00, elevando o crédito autorizado para R\$ 4.800.000,00, cujo valor foi inscrito em restos a pagar em favor da empresa Macrobases Engenharia, Comércio e Serviços Ltda., com vistas à conclusão da obra, objeto da Concorrência nº 01/2007.

No Orçamento Geral da União de 2009 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 500.000,00, posteriormente suplementado em R\$ 1.500.000,00 (Lei nº 12.185, de 29/12/2009). Da dotação autorizada, foi pago R\$ 97.276,80 e o restante inscrito em restos a pagar, no valor de R\$ 1.902.723,20.

Dos restos a pagar inscritos em 2007, foram pagos R\$ 678.058,48 no ano de 2009. Além disso, o valor inscrito em restos a pagar de 2008, R\$ 4.800.000,00, foi pago em 2009 em sua totalidade.

O Orçamento Geral da União de 2010 atribuiu R\$ 1.200.000,00 ao projeto. Desse total, R\$ 360.000,00 foram cancelados através da Portaria MPF nº 228 de 11/05/2010. Dos R\$ 840.000,00, nada foi liquidado ou pago, sendo R\$ 250.000,00 inscritos em restos a pagar não processados e R\$ 590.000,00 de crédito disponível.

Quanto a inscrição de restos a pagar do exercício de 2008, no valor de R\$ 1.902.723,20, R\$ 1.818.809,07 foram pagos no exercício de 2010 e R\$ 83.914,13 reinscritos em restos a pagar.



No exercício de 2011, foram empenhados e pagos R\$ 68.751,00 relativos a Restos a Pagar de 2010, havendo cancelamento de Restos a Pagar não processados inscritos em 2010 no montante de R\$ 181.249,00.

A Obra de construção do edifício-sede da Procuradoria da República no Estado do Maranhão foi concluída em 2011 com recebimento definitivo assinado, não restando nenhuma pendência assinalada no referido termo.

### **3.1.12 Projeto 3752 – Implantação de Procuradorias Junto às Varas Federais**

Foi incluída no PPA 2008/2011 estimativa de R\$ 200.000.000,00 para este projeto, destinado à implantação de 231 unidades, a ser executada de janeiro de 2004 a dezembro de 2015.

Essa ação estava prevista no PPA 2004/2007. Em 2007 houve inscrição em restos a pagar no valor de R\$ 18.635.419,33, sendo que já havia restos a pagar de exercícios anteriores no valor de R\$ 796.503,42. Desse total foram cancelados R\$ 2.014.754,31 e pagos R\$ 15.088.018,21, ainda restando um

   
13/73

saldo de R\$ 2.329.150,23 de restos a pagar que não foram pagos.

No Orçamento Geral da União de 2008 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 19.923.900,00, suplementado em R\$ 1.802.000,00, totalizando R\$ 21.715.900,00 de crédito autorizado. Desse valor, foi cancelado R\$ 17.926.920,00, restando R\$ 3.798.980,00. O total da despesa empenhada foi R\$ 3.142.000,00, sendo pagos R\$ 1.312.000,00 e inscritos em restos a pagar R\$ 1.830.000,00

No Orçamento Geral da União de 2009 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 24.676.000,00. Houve suplementação de R\$ 150.000,00 (Portaria nº 545, de 04/11/2009, do Procurador-Geral da República). Da dotação autorizada, foram cancelados os valores de R\$ 19.276.000,00 (Portaria nº 255, de 03/06/2009, do Procurador-Geral da República), R\$ 170.000,00 (Lei nº 11.984, de 23/07/2009), R\$ 150.000,00 (Portaria nº 545, de 04/11/2009, do Procurador-Geral da República), R\$ 4.923.714,00 (Lei nº 12.178, de 29/12/2009). Do total autorizado restou o valor de R\$ 306.286,00, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 140.000,00 e de crédito disponível o valor de R\$ 166.286,00.

A meta prevista foi a implantação de 32 Procuradorias, que não foi realizada. Não consta justificativa no Relatório de Gestão.

O Orçamento Geral da União de 2010 atribuiu R\$ 29.900.000,00 ao projeto. Houve supressão de R\$ 20.990.000,00, restando R\$ 8.910.000,00. Desse total, R\$ 2.436.668,00 foram bloqueados. Empenhou-se R\$ 6.339.869,00, sendo R\$ 344.745,47 liquidados e R\$ 100.505,47 pagos. Foram inscritos R\$ 5.995.123,99 em restos a pagar não processados e R\$ 133.463,24 de crédito disponível.

O Orçamento Geral da União de 2011 atribuiu R\$ 15.616.122,00 ao projeto. Houve supressão de R\$ 10.000.000,00, por meio da Lei nº 12.560, de 15/12/11, publicada no DOU de 16/12/11. Posteriormente a Portaria PGR nº 674 de 13/12/11, publicada no DOU de 14/12/11, cancelou o valor de R\$ 968.635,00. O valor corrigido ficou em R\$ 4.647.487,00. Desse valor, foram empenhados R\$ 4.180.810,75, sendo R\$ 1.412.282,12 liquidados e R\$ 1.411.702,12 pagos. Foram inscritos R\$ 2.768.528,63 em Restos a Pagar não processados, R\$ 580,00 em Restos a Pagar processados e restou R\$ 466.676,25 como crédito disponível.

A meta física prevista para o ano de 2011 foi estabelecida em 5 unidades, não sendo realizada. No SIGPLAN consta que o não houve físico a ser informado por tratar-se de pagamento em unidades já instaladas.

### **3.1.13 Projeto 7E53 – Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em João Pessoa – PB**

Foi incluída no PPA 2008/2011 estimativa de R\$ 11.250.000,00 para este projeto, destinado à construção do edifício-sede da Procuradoria da República em João Pessoa-PB, a ser executada no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2013.

Essa ação estava prevista no PPA 2004/2007. Em 2007 houve inscrição de restos a pagar de R\$ 134.800,00 em favor da empresa Globo Engenharia Ltda. para elaboração do projeto executivo. Desse total foram pagos R\$ 4.448,40 no ano de 2008, referente ao estudo preliminar. Ainda restam um saldo de

R\$ 130.351,60 de restos a pagar que não foram pagos.

No Orçamento Geral da União de 2008 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 360.000,00, dos quais foram cancelados R\$ 325.000,00, restando R\$ 35.000,00 de crédito disponível.

No Orçamento Geral da União de 2009 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 500.000,00, cancelado na sua totalidade.

Dos restos a pagar inscritos no ano de 2008, somente foi liquidado a quantia de R\$ 12.738,60. O restante, R\$ 117.613,00, foi inscrito em restos a pagar não processados a liquidar.

O Orçamento Geral da União de 2010 alocou R\$ 400.000,00 ao projeto. Houve suplementação de R\$ 120.000,00, totalizando R\$ 520.000,00. Desse total, R\$ 32.109,28 foram liquidados e pagos, sendo R\$ 487.890,72 inscritos em restos a pagar não processados.

Quanto aos restos a pagar inscritos no exercício de 2008, no valor de R\$ 117.613,00, tudo foi pago no exercício de 2010.

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 4.000.000,00. No mesmo exercício houve suplementação no valor de R\$ 800.000,00, por meio da Portaria PGR nº 670 de 13/12/2011, publicada no DOU 14/12/2011, totalizando R\$ 4.800.000,00. O montante de R\$ 4.800.000,00 foi empenhado, tendo sido pagos R\$ 214.526,07 até o final do ano, sendo inscritos em Restos a Pagar o montante de R\$ 4.585.473,93.

Na LOA de 2011 consta meta física de 12% da obra, havendo realização no exercício de 0,88%. Consta no SIGPLAN que a obra estava suspensa de março até junho e o pagamento de 3 medições efetuou-se com recursos de Restos a Pagar de 2010, no montante de R\$ 487.890,72.

### **3.1.14 Projeto 7J45 – Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES**



Foi incluída no PPA 2008/2011 o projeto destinado à construção do edifício-sede da Procuradoria da República em Vitória-ES.

No Orçamento Geral da União de 2008 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 500.000,00, que foram totalmente empenhados. Houve pagamento no valor de R\$ 25.809,23 referente a execução dos estudos preliminares (estudo topográfico e sondagem geológica). Foram inscritos em restos a pagar R\$ 474.190,77 relativos a contratação dos serviços de engenharia relacionados à elaboração dos projetos em nível básico e em nível executivo em favor da empresa JCA Engenharia e Arquitetura Ltda. - EPP.

No Orçamento Geral da União de 2009 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 100.000,00, sendo que restou como crédito disponível. Não consta justificativa no Relatório de Gestão.

Dos restos a pagar inscritos no ano de 2008, somente foi liquidado a quantia de R\$ 47.419,08. O restante, R\$ 426.771,69, foi reinscrito em restos a pagar não processados.

No Orçamento Geral da União de 2010 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 400.000,00, os quais constam integralmente como crédito disponível. Não consta justificativa no Relatório de

 15/73 

Gestão.

Dos restos a pagar inscritos no ano de 2008, a quantia de R\$ 88.806,32 foi paga, o restante, R\$ 337.965,37, foi reinscrito em restos a pagar não processados.

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 500.000,00. Entretanto, constatamos que não há registro de outras operações relacionadas com o projeto em consulta ao Siafi, SIGPLAN e no Relatório de Gestão da Unidade e o valor integral permaneceu como crédito disponível.

### **3.1.15 Projeto 12ZM – Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS**

Foi incluída no PPA 2008/2011 o projeto destinado à reforma do edifício-sede da Procuradoria da República em Porto Alegre – RS.

No Orçamento Geral da União de 2010 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 1.500.000,00 ao projeto. Desse valor R\$ 300.000,00 foram suprimidos, restando o valor de R\$ 1.200.000,00. Empenhou-se R\$ 280.335,00, sendo paga a quantia de R\$ 7.200,00. Foram inscritos R\$ 273.135,14 em restos a pagar não processados, restando R\$ 919.664,86 de crédito disponível.

Houve, no exercício de 2011, execução do montante de R\$ 273.135,00 inscritos em Restos a Pagar de 2010, havendo a conclusão da obra em maio de 2011.

Não houve estabelecimento de meta física na LOA de 2011.

### **3.1.16 Projeto 12ZN – Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Brasília - DF**

Foi incluída no PPA 2008/2011 o projeto destinado à reforma do edifício-sede da Procuradoria da República em Brasília – DF.

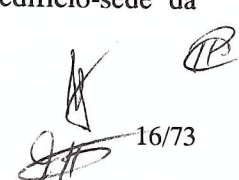
No Orçamento Geral da União de 2010 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 1.500.000,00 ao projeto, sendo esse valor inscrito integralmente em restos a pagar não processados.

Houve, no exercício de 2011, execução do montante de R\$ 999.964,00 inscritos em Restos a Pagar de 2010, não havendo utilização de R\$ 500.036,00. Não há informações sobre o projeto no Relatório de Gestão da Unidade.

Não houve estabelecimento de meta física na LOA de 2011, porém, a meta física de 100% de 2010 não foi realizada, sendo executado 33,78% da reforma, segundo o SIGPLAN.

### **3.1.17 Projeto 7P62 – Aquisição de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Natal - RN**

Foi incluída no PPA 2008/2011 o projeto destinado à aquisição de edifício-sede da Procuradoria da República em Natal – RN.

 16/73

No Orçamento Geral da União de 2010 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 13.247.802,00, dos quais R\$ 2.905.802,00 foram bloqueados, sendo o restante inscrito em restos a pagar não-processados.

Segundo dados constantes do Relatório de Gestão de 2010, esse valor permaneceu contingenciado (Portaria nº 592 de 30.11.2010 - DOU de 01.12.2010). O processo foi encaminhado à SPU/RN para análise pelo Núcleo de Assessoramento Jurídico da NAJ/RN e posterior elaboração do contrato de compra e venda. Após o que seria expedida a escritura para efetivação do pagamento no valor de R\$ 10.341.026,00.

Houve, no exercício de 2011, execução do montante de R\$ 10.341.026,00 inscritos em Restos a Pagar de 2010, cujo pagamento foi realizado em março de 2011.

A meta física prevista, de 1 unidade, foi realizada com a aquisição do edifício.

### **3.1.18 Projeto 12PB – Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Paulo - SP**

No Orçamento Geral da União de 2010 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 4.500.000,00 ao projeto, que constam integralmente como créditos disponíveis. Esta ação é decorrente de crédito especial, Lei 12.370 de 29 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U., Seção I, de 30 de dezembro de 2010.

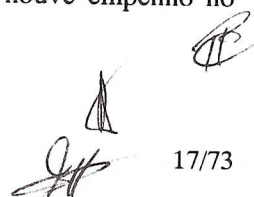
A ação foi reaberta no exercício de 2011, conforme Portaria PGR nº 17, de 13 de janeiro de 2011, publicada no dia 14 de janeiro de 2011 no D.O.U., Seção I. Houve, no exercício de 2011, o empenho de R\$ 4.499.998,83, tendo sido pagos R\$ 4.285.532,51 até o final do ano. Houve inscrição em Restos a Pagar não processados de 2011 no montante de R\$ 214.466,32, restando saldo de R\$ 1,17 de crédito disponível.

### **3.1.19 Projeto 14MG – Aquisição da Torre I do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Santa Catarina**

Esta ação é decorrente de crédito especial, Lei 12.560 de 15 de dezembro de 2011, publicada no D.O.U., Seção I, de 16 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 17.893.682,00. Não houve empenho no exercício de 2011 e o valor foi inscrito em Restos a Pagar não processados.

### **3.1.20 Projeto 14MF – Aquisição da Torre III do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Santa Catarina**

Esta ação é decorrente de crédito especial, Lei 12.560 de 15 de dezembro de 2011, publicada no D.O.U., Seção I, de 16 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 15.800.000,00. Não houve empenho no exercício de 2011 e o valor foi inscrito em Restos a Pagar não processados.

  
17/73

**3.1.21 Projeto 13U5 – Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Maceió - AL**

Esta ação é decorrente de crédito especial, Lei 12.560 de 15 de dezembro de 2011, publicada no D.O.U., Seção I, de 16 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 24.000.000,00. Houve empenho no exercício de 2011 de R\$ 21.710.000,00 e o valor foi inscrito em Restos a Pagar não processados, restando R\$ 2.290.000,00 de crédito disponível.

**3.1.22 Projeto 14ME – Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Gonçalo - RJ**

Esta ação é decorrente de crédito especial, Lei 12.560 de 15 de dezembro de 2011, publicada no D.O.U., Seção I, de 16 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 2.000.000,00. Não houve empenho no exercício de 2011 e o valor, entretanto, não foi inscrito em Restos a Pagar não processados, de acordo com consulta ao SIAFI, restando integralmente como crédito disponível.

**3.1.23 Projeto 7H61 – Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República no Rio de Janeiro – RJ**



No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 32.511.872,00. No mesmo exercício houve suplementação no valor de R\$ R\$ 6.493.128,00, por meio da Portaria PGR nº 646 de 29/11/2011, publicada no DOU 1/12/2011, totalizando R\$ 39.005.000,00. O montante de R\$ 39.005.000,00 foi empenhado, porém não houve pagamentos, sendo o valor totalmente inscrito em Restos a pagar não processados no exercício de 2011.

Na LOA de 2011 consta meta física de 1% da obra, não havendo execução no exercício.

**3.1.24 Projeto 7Q72 - 0056 – Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Gonçalo – RJ**

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 2.000.000,00. Esse valor foi contingenciado por meio da Portaria PGR nº 317 de 03/06/2011, publicada no DOU seção 1, de 07/06/2011. Não houve execução e esse valor não foi inscrito em Restos a Pagar não processados. Fato semelhante ocorreu com o projeto 14ME (item 2.2.23), que visava à aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Gonçalo, mesmo município relativo ao projeto 7Q72 – 0056.

Na LOA de 2011 consta meta física de 1% da obra, não havendo execução no exercício de 2011.

**3.1.25 Projeto 1H30 – Construção do anexo do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Palmas – TO**

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 500.000,00. Não houve execução e esse valor não foi inscrito em Restos a Pagar não processados, entretanto, o valor foi bloqueado e inscrito como crédito indisponível ao final do exercício.

A Tomada de Preços 001/2011, cujo objeto era a contratação de empresa especializada para elaboração do projeto executivo, em virtude da inabilitação das empresas participantes, foi considerada fracassada.

Na LOA de 2011 consta meta física de 11% da obra, não havendo execução no exercício de 2011.

**3.1.26 Projeto 110E – Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista – RR**

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 300.000,00. Não houve execução e esse valor não foi inscrito em Restos a Pagar não processados, entretanto, o valor foi bloqueado e inscrito como crédito indisponível ao final do exercício.

Foi realizada, no mês de abril, a execução de serviços topográficos e de sondagem no terreno acima descrito no valor de R\$ 14.000,00 que estavam reinscritos em restos a pagar de 2008. A Unidade informou que está aguardando a definição da área exata a ser transferida ao MPU pela GRPU.

Na LOA de 2011 consta meta física de 11% da obra, não havendo execução no exercício de 2011.

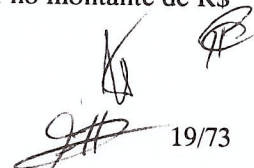
**3.1.27 Projeto 1203 – Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre – RS**

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 500.000,00 ao projeto, que foi empenhado e posteriormente inscrito em Restos a Pagar para execução em 2012, segundo a Unidade, que informou que foi assinado o contrato de construção com a a Empresa Construtora Abapan Ltda., vencedora da licitação pelo valor de 39.766.676,35, em 22/12/2011.

A meta física prevista na LOA foi de 1%, não realizada em 2011.

**3.1.28 Projeto 13U8 – Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Brasília - DF**

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 1.500.000,00 ao projeto, e foram devolvidos R\$ 250.000,00 através da Portaria PGR nº 644/2011, restando previsão corrigida de R\$ 1.250.000,00. Houve o empenho de R\$ 1.247.387,51, tendo sido pagos R\$ 295.633,39 até o final do ano. Houve inscrição em Restos a Pagar não processados de 2011 no montante de R\$ 951.754,12, restando saldo de R\$ 2.612,49 como crédito disponível.

  
19/73

A meta física prevista foi de 100%, que não foi realizada em 2011. Em novembro, a empresa contratada finalizou a segunda etapa, com 18,55% executado. Ao final do exercício havia sido executado 24,23% da meta.

### **3.1.29 Projeto 13UA – Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Paulo - SP**

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 2.500.000,00 ao projeto. O objeto da licitação foi adjudicado e homologado para empresa Ductbusters e Engenharia Ltda., CNPJ 03.541.616/0001-68, no valor total de R\$ 2.139.569,36 em outubro. Nos termos da Portaria PGR nº 644 de 29/11/2011, publicada no DOU, Seção 1, de 30/11/2011, foi realizada a anulação parcial da dotação orçamentária do projeto no valor de R\$ 360.430,00.

Houve, no exercício de 2011, o empenho de R\$ 2.139.569,36, não havendo pagamentos até o final do ano. Houve inscrição em Restos a Pagar não processados de 2011 no montante de R\$ 2.139.569,36, restando saldo de R\$ 0,64 como crédito disponível.

A meta física prevista foi de 100%, que não foi realizada em 2011, pois o início da execução da obra estava previsto apenas para o mês de dezembro de 2011.

### **3.1.30 Projeto 7Q73 – Reforma e Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Natal - RN**

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 900.000,00. Não houve execução e esse valor não foi inscrito em Restos a Pagar não processados, entretanto, o valor foi bloqueado e inscrito como crédito indisponível ao final do exercício.

Consta do SIGPLAN o seguinte histórico, sobre a não utilização dos recursos para o projeto:

“OFÍCIO/MPF/SG/Nº 284, de 22 de fevereiro de 2011 - Secretário Geral do MPF informa a publicação da Lei 12.318/2011 (Lei Orçamentária Anual para 2011), DOU de 10 de fevereiro de 2011, com a programação da ação "Reforma e Ampliação de Edifício-Sede da Procuradoria da República - No Município de Natal/RN" no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais). O valor foi incluído por meio de emenda parlamentar de Deputados e Senadores do estado do Rio Grande do Norte. Ainda, no referido ofício, o SG solicita manifestação do Procurador-Chefe da PR/RN quanto a utilização, ou não, dos recursos em um único exercício financeiro (2011);

OFÍCIO/MPF/PR/RN/GABPC Nº 60, de 01 de março de 2011 - Procurador-Chefe da PR/RN informa que seriam necessários R\$ 7.285.000,00 (sete milhões, duzentos e oitenta e cinco mil reais) para reforma da nova sede e que seria executado em mais de um

exercício financeiro (necessidade de inclusão no PPA 2012-2015). Ainda, para o presente exercício (2011), solicita: 1) a liberação de recursos orçamentários para Projeto Básico e Executivo da reforma necessária; 2) Aproximadamente R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para realização de reformas de acessibilidade e ampliação da atual sede que deverá ser utilizada no mínimo por 02 (dois) anos.”

Pelos motivos expostos, e, em razão da insuficiência dos créditos concedidos, a Unidade optou por não utilizá-los para o projeto em 2011.

Na LOA de 2011 consta meta física de 1% da obra, que não foi realizada.

### **3.2 Avaliação das Atividades – Cumprimento das Metas Previstas na Lei Orçamentária Anual**

Comentaremos nos subitens a seguir as execuções do PPA 2008/2011 e do Orçamento Geral da União - OGU do exercício de 2011 e os resultados alcançados referentes ao Programa 0581 – Defesa da Ordem Jurídica.

As ações inclusas no PPA 2008/2011 para atender às atividades da instituição são, em sua maioria, destinadas à assistência a servidores, conforme abaixo relacionado, cuja legislação, de caráter geral, destina-se ao atendimento compulsório pela Administração a todos os servidores do MPF.



#### **3.2.1 Atividade 0AK – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações**

No Orçamento Geral da União de 2011, foi alocado inicialmente crédito orçamentário no valor de R\$ 7.571.000,00, suplementado em R\$ 2.108.000,00 por meio de Decreto de 20/10/2011, publicado no D.O.U de 21/10/2011, com cancelamento de toda a dotação, conforme quadro a seguir:

**Execução orçamentário/financeira**

<b>Dotação inicial</b>	<b>Dotação Final</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Pago</b>	<b>RP Inscritos</b>	<b>% Execução</b>
R\$ 7.571.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%

A Unidade informou que, na folha de pagamento do MPF, não há separação dos pagamentos relativos à contribuição para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos decorrente da criação e/ou provimento de cargos e funções e reestruturação de cargos e carreiras e revisão de remunerações. Após a nomeação, os novos servidores passam a fazer parte da folha normal, bem como os valores decorrentes da revisão de remunerações. Por este motivo, procedeu à anulação de créditos desta ação para abrir créditos adicionais da ação principal referente à Contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência dos

   
21/73

Servidores Públicos Federais.

Não houve meta prevista para executar essa atividade.

### 3.2.2 Atividade 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes

No Orçamento Geral da União de 2011, foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 19.340.148,00, suplementado em outubro no valor de R\$ 1.900.000,00 e em dezembro nos valores de R\$ 1.900.000,00 e R\$ 280.000,00, totalizando dotação autorizada de R\$ 23.420.148,00, que corresponde a um incremento orçamentário de 21,09%. Foram empenhados R\$ 23.416.810,47 e liquidados R\$ 22.580.855,55. Houve inscrição em restos a pagar de R\$ 835.954,92, conforme quadro a seguir:

#### Execução orçamentário/financeira

Dotação inicial	Dotação Final	Empenhado	Pago	RP Inscritos	% Execução
R\$ 19.340.148,00	R\$ 23.420.148,00	R\$ 23.416.810,47	R\$ 22.580.855,55	R\$ 835.954,92	96,42%

Consta na LOA como meta inicial estimada beneficiar 20.401 membros, servidores e dependentes que aderiram ao Plan-Assiste, a qual foi reestimada para 22.286, tendo sido beneficiadas 22.286 pessoas. Dessa forma, a execução física foi executada pela Diretoria-Executiva do Plan-Assiste do MPF que atingiu 100% da meta reestimada.

### 3.2.3 Atividade 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados

No Orçamento Geral da União de 2011, foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 7.139.584,00, suplementado em setembro, novembro e dezembro no valor total de R\$ 3.960.000, totalizando a dotação autorizada em R\$ 11.099.584,00, que corresponde a um incremento orçamentário de 55,46%. Foram empenhados R\$ 11.099.584,00 e liquidados R\$ 10.594.958,70. Houve inscrição em restos a pagar de R\$ 504.625,30, conforme quadro a seguir:

#### Execução orçamentário/financeira

Dotação inicial	Dotação Final	Empenhado	Pago	RP Inscritos	% Execução
R\$ 7.139.584,00	R\$ 11.099.584,00	R\$ 11.099.584,00	R\$ 10.594.958,70	R\$ 504.625,30	95,45%

Consta na LOA como meta inicial estimada atender 2.082 crianças, a qual foi reestimada para 2.115, tendo sido atendidas 2.115 crianças, havendo, portanto, 100% da execução física da meta reestimada.

22/73

### 3.2.4 Atividade 2011 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados

No Orçamento Geral da União de 2011, foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 1.478.292,00. Foram empenhados R\$ 1.478.292,00 e liquidados R\$ 1.343.860,00. Houve inscrição em restos a pagar de R\$ 134.432,00, conforme quadro a seguir:

#### Execução orçamentário/financeira

Dotação inicial	Dotação Final	Empenhado	Pago	RP Inscritos	% Execução
R\$ 1.478.292,00	R\$ 1.478.292,00	R\$ 1.478.292,00	R\$ 1.343.860,00	R\$ 134.432,00	90,91%

Consta na LOA como meta inicial estimada beneficiar 1.375 servidores, a qual foi reestimada para 1.061, tendo sido beneficiados 1.061 servidores, havendo, portanto, 100% da execução física da meta reestimada.

Em consulta ao SigPlan, a unidade informou que a alteração significativa no quantitativo do auxílio-transporte ocorreu em razão da aplicação do desconto do Ecotransporte. Como o valor de R\$ 3,00 referente ao percurso Rodoviária-PGR-Rodoviária foi removido de todos os auxílios dos servidores da PGR, na prática isso provocou um efeito de "desligamento" de muitos beneficiários, pois o valor de gasto diário se tornou inferior à contrapartida dos servidores correspondente a 6% do vencimento, conforme previsto na Portaria PGR nº 350/2010.

### 3.2.5 Atividade 2012 – Auxílio-Alimentação aos servidores e empregados



No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 65.719.080,00, suplementado em outubro e dezembro em R\$ 2.080.000,00 e R\$ 6.800.000,00, respectivamente, e cancelado em setembro e novembro em R\$ 2.300.000,00 e R\$ 160.000,00, respectivamente, totalizando a dotação autorizada em R\$ 72.139.080,00, que corresponde a um incremento orçamentário de 9,76%. Foram empenhados R\$ 72.139.080,00 e liquidados R\$ 71.602.881,55.

Houve inscrição em restos a pagar de R\$ 536.198,45, conforme quadro a seguir:

#### Execução orçamentário/financeira

Dotação inicial	Dotação Final	Empenhado	Pago	RP Inscritos	% Execução
R\$ 65.719.080,00	R\$ 72.139.080,00	R\$ 72.139.080,00	R\$ 71.602.881,55	R\$ 536.198,45	99,26%

Consta na LOA como meta inicial estimada beneficiar 8.693 servidores, a qual foi reestimada para 9.607, tendo sido atendidas 9.607, havendo, portanto, 100% da execução física da meta reestimada.

  
 23/73

### 3.2.6 Atividade 4091 – Capacitação de Recursos Humanos

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 4.000.000,00. Foram empenhados R\$ 3.402.855,23 e liquidados R\$ 1.963.511,56. Houve inscrição em restos a pagar de R\$ 1.439.343,67, conforme quadro a seguir:

#### Execução orçamentário/financeira

Dotação inicial	Dotação Final	Empenhado	Pago	RP Inscritos	% Execução
R\$ 4.000.000,00	R\$ 4.000.000,00	R\$ 3.402.855,23	R\$ 1.963.511,56	R\$ 1.439.343,67	49,54%

Consta na LOA como meta inicial estimada capacitar 4.681 servidores, tendo sido capacitados 5.578, havendo, portanto, 119,16% da execução física da meta. Verificamos que a execução física ultrapassou a meta física estabelecida, embora a execução financeira tenha sido de 49,54%. Em consulta ao SigPlan, a unidade gestora informou que parte desse resultado justifica-se pelo fato da implantação do plano interno INSTRUTORIA (gratificação para servidores que desempenham atividade de capacitação para outros servidores). Isso permitiu capacitar com utilização de menos recursos que uma contratação de empresa ou profissional especializado. Outro fato deve-se à realização de palestras a um grande número de servidores.

### 3.2.7 Atividade 4264 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário – Ministério Público Federal



No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 1.518.494.152,00. Houve três créditos suplementares no valor total de R\$ 34.358.014,00 e quatro cancelamentos no total de R\$ 60.389.128,00, totalizando a dotação autorizada em R\$ 1.492.463.038,00. Foram empenhados R\$ 1.480.695.973,95 e liquidados R\$ 1.412.055.556,00. Houve inscrição em restos a pagar de R\$ 71.930.382,67, conforme quadro a seguir:

#### Execução orçamentário/financeira

Dotação inicial	Dotação Final	Empenhado	Pago	RP Inscritos	% Execução
R\$ 1.518.494.152,00	R\$ 1.492.463.038,00	R\$ 1.480.695.973,95	R\$ 1.408.765.591,28	R\$ 71.930.382,67	94,61%

A meta estimada foi elaborar 2.636.524 pareceres, tendo sido elaborados 2.220.504 pareceres, havendo, portanto, 84,22% da execução física da meta.

Nesta ação, analisamos em separado a execução do orçamento destinado a despesas classificadas, quanto ao objeto, no Grupo de Natureza da Despesa nº 1: Pessoal e Encargos Sociais, conforme a seguir:

  
  
24/73

**3.2.7.1 Atividade 4264 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário – Ministério Público Federal/ Pessoal e Encargos Sociais**

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário para essa ação relativo a despesa de pessoal no valor de R\$ 1.201.148.152,00. Houve um crédito suplementar no valor de R\$ 20.158.014,00 e dois cancelamentos no valor total de R\$ 28.596.000,00, totalizando a dotação autorizada em R\$ 1.192.710.166,00. Foram empenhados R\$ 1.192.689.920,70 e pagos R\$ 1.191.045.767,21.

Houve inscrição em restos a pagar de R\$ 1.644.153,49, conforme quadro a seguir:

**Execução orçamentário/financeira**

<b>Dotação inicial</b>	<b>Dotação Final</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Pago</b>	<b>RP Inscritos</b>
R\$ 1.201.148.152,00	R\$ 1.192.710.166,00	R\$ 1.192.689.920,70	R\$ 1.191.045.767,21	R\$ 1.644.153,49

O orçamento autorizado para despesas com pessoal e encargos sociais do Ministério Público Federal para essa atividade foi executado por meio de empenhos e pagamentos classificados nos elementos de despesa abaixo relacionados:




<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>	<b>VALOR EMPENHADO (R\$)</b>	<b>VALOR PAGO (R\$)</b>
08 – Outros benefícios assistenciais	253.970,96	223.970,96
11 – Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil	1.140.547.819,19	1.139.385.101,40
13 – Obrigações patronais	4.870.907,74	4.866.553,52
16 – Outras despesas variáveis – Pessoal Civil	2.650.768,24	2.480.768,24
91 – Sentenças judiciais	17.645,59	17.645,59
92 – Despesas de exercícios anteriores	42.786.366,78	42.786.366,78
96 – Ressarcimento de remuneração de pessoal requisitado	1.562.442,20	1.285.360,72
<b>TOTAL</b>	<b>1.192.689.920,70</b>	<b>1.191.045.767,21</b>

**3.3 Avaliação das Operações Especiais – Cumprimento das Metas Previstas na Lei Orçamentária Anual de 2011**

Comentaremos nos subitens a seguir os créditos orçamentários fixados no Orçamento Geral da União - OGU do exercício de 2011 e os resultados alcançados.

**3.3.1 Programa/Operação Especial – 0581/0C04 – Defesa da Ordem Jurídica/Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações – Pessoal Ativo**

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$

  
  
  
25/73

33.468.000,00, suplementado em outubro em R\$ 10.526.000,00 por meio do Decreto de 20/10/11, publicado no DOU de 21/10/11, conforme informações contidas no SigPlan, com posterior cancelamento de toda a dotação em dezembro, conforme quadro a seguir:

**Execução orçamentário/financeira**

<b>Dotação inicial</b>	<b>Dotação Final</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Pago</b>	<b>RP Inscritos</b>	<b>% Execução</b>
R\$ 33.468.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%

A Unidade informa que na folha de pagamento do MPF não há separação dos pagamentos que se referem à criação e/ou provimento de cargos e funções e reestruturação de cargos, carreiras e revisão de remunerações. Após a nomeação os novos servidores passam a fazer parte da folha normal, bem como os valores decorrentes da revisão de remunerações. Por este motivo anular-se-ão os créditos desta ação para abrir créditos adicionais da ação principal da folha de pagamento de pessoal.

Não houve o estabelecimento de meta para essa Operação Especial.

**3.3.2 Programa/Operação Especial – 0581/09HB – Defesa da Ordem Jurídica/Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário para essa ação no valor de R\$ 229.611.269,00, suplementado em março no valor de R\$ 4.254.550,00, totalizando a dotação autorizada em R\$ 233.865.819,00. Foram empenhados R\$ 211.850.072,56 e liquidados R\$ 211.650.543,84. Houve inscrição em restos a pagar de R\$ 199.528,72, conforme quadro a seguir:

**Execução orçamentário/financeira**

<b>Dotação inicial</b>	<b>Dotação Final</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Pago</b>	<b>RP Inscritos</b>	<b>% Execução</b>
R\$ 229.611.269,00	R\$ 233.865.819,00	R\$ 211.850.072,56	R\$ 211.650.543,84	R\$ 199.528,72	90,50%

Não houve o estabelecimento de meta para essa Operação Especial.

**3.3.3 Programa/Operação Especial – 0089/0396 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União/Pagamento de Aposentadorias e Pensões**

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário para essa ação no valor de R\$ 211.105.298,00. Houve dois créditos suplementares em março e dezembro de R\$ 25.596.489,00 e de R\$ 13.890.000,00, respectivamente, totalizando a dotação autorizada em R\$ 250.591.787,00, que corresponde a um incremento orçamentário de 18,70%. Foram empenhados R\$ 250.591.787,00 e liquidados R\$ 249.920.143,40. Houve inscrição em restos a pagar de R\$ 671.643,60, conforme quadro a seguir:

**Execução orçamentário/financeira**

<b>Dotação inicial</b>	<b>Dotação Final</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Pago</b>	<b>RP Inscritos</b>	<b>% Execução</b>
R\$ 211.105.298,00	R\$ 250.591.787,00	R\$ 250.591.787,00	R\$ 249.920.143,40	R\$ 671.643,60	99,73%

A unidade informou no SigPlan que o crédito suplementar de R\$ 25.596.489 foi consignado por meio da Portaria PGR/MPU nº 185, de 30 de março de 2011, publicada na Seção 1 do DOU nº 62, do dia 31/03/2011, para fins de pagamento a membros inativos e pensionistas civis de R\$ 24.660.023,68 da Parcela Autônoma de Equivalência referente aos meses de junho e julho/2006 e valores residuais do recálculo, nos moldes do STF, dos períodos de setembro a dezembro/1994 e julho a dezembro/1997.

Não houve o estabelecimento de meta para essa Operação Especial.

**3.3.4 Programa/Operação Especial - 0901/00FB - Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Aposentadorias e Pensões**

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário para essa ação no valor de R\$ 36.919.777,00, com cancelamento de toda a dotação, conforme quadro a seguir:

**Execução orçamentário/financeira**

<b>Dotação inicial</b>	<b>Dotação Final</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Pago</b>	<b>RP Inscritos</b>	<b>% Execução</b>
R\$ 36.919.777,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%

A unidade informou no SigPlan que toda a dotação orçamentária desta ação foi anulada para a suplementação de ações dos ramos do MPU, conforme Portaria PGR/MPU nº 185, de 30 de março de 2011, publicada na Seção 1 do DOU nº 62, do dia 31/3/2011, páginas 117 e 118. Acrescentou que em março foi realizado o pagamento a membros inativos e pensionistas civis de R\$ 24.660.023,68 da Parcela Autônoma de Equivalência referente aos meses de junho e julho/2006 e valores residuais do recálculo, nos moldes do STF, dos períodos de setembro a dezembro/1994 e julho a dezembro/1997.

Não houve estabelecimento de meta para essa Operação Especial.

**3.3.5 Programa/Operação Especial - 0901/00FK - Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Pessoal Ativo**

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário para essa ação no valor de R\$ 57.097.345,00, com cancelamento de toda a dotação, conforme quadro a seguir:

**Execução orçamentário/financeira**

*[Handwritten signature]*  
27/73

<b>Dotação inicial</b>	<b>Dotação Final</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Pago</b>	<b>RP Inscritos</b>	<b>% Execução</b>
R\$ 57.097.345,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%

A unidade informou no SigPlan que toda a dotação orçamentária desta ação foi anulada para a suplementação de outras ações dos ramos do MPU, conforme Portaria PGR/MPU nº 185, de 30 de março de 2011, publicada na Seção 1 do DOU nº 62, do dia 31/3/2011, páginas 117 e 118. Em março foi realizado o pagamento a membros ativos de R\$ 20.158.013,80 da Parcela Autônoma de Equivalência referente aos meses de junho e julho/2006 e valores residuais do recálculo, nos moldes do STF, dos períodos de setembro a dezembro/1994 e julho a dezembro/1997.

Não houve estabelecimento de meta para essa Operação Especial.

**3.3.6 Programa/Operação Especial – 0901/00FO – Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço)**

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário para essa ação no valor de R\$ 6.459.449,00, com cancelamento de toda a dotação, conforme quadro a seguir:

**Execução orçamentário/financeira**

<b>Dotação inicial</b>	<b>Dotação Final</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Pago</b>	<b>RP Inscritos</b>	<b>% Execução</b>
R\$ 6.459.449,00	R\$ ,00	R\$ ,00	R\$ ,00	R\$ ,00	0,00%

A unidade informou no SigPlan que toda a dotação orçamentária desta ação foi anulada para a suplementação das ações 09HB (Programa 0581) de todos os ramos do MPU (R\$ 4.254.550 ao MPF, R\$ 1.276.471 ao MPM, R\$ 456.620 ao MPDFT e R\$ 471.808 para o MPT), conforme Portaria PGR/MPU nº 185, de 30 de março de 2011, publicada na Seção 1 do DOU nº 62, do dia 31/3/2011, páginas 117 e 118. Em março foi realizado o pagamento da contribuição patronal a membros ativos de R\$ 759.557,26 da Parcela Autônoma de Equivalência referente aos meses de junho e julho/2006 e valores residuais do recálculo, nos moldes do STF, dos períodos de setembro a dezembro/1994 e julho a dezembro/1997.

Não houve estabelecimento de meta para essa Operação Especial.

**3.3.7 Programa/Operação Especial – 0901/0716 – Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais**

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário para essa ação no valor de R\$ 15.000,00. Foram empenhados R\$ 6.530,00 e liquidados R\$ 6.530,00, conforme quadro a seguir:

**Execução orçamentário/financeira**

<b>Dotação inicial</b>	<b>Dotação Final</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Pago</b>	<b>RP Inscritos</b>	<b>% Execução</b>
R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 6.530,00	R\$ 6.530,00	R\$ 0,00	43,53%

Os recursos desta ação destinam-se ao pagamento de despesas com débitos judiciais periódicos vincendos, tais como indenizações por danos materiais decorrentes de acidentes de trânsito, pagamento de honorários periciais e cumprimento de decisão judicial.

Não houve estabelecimento de meta física para essa Operação Especial.

**3.3.8 Atividades realizadas no âmbito do MPF, em conjunto com o MPT**

**3.3.8.1 Atividade 6471 – Ações judiciais para erradicação do trabalho escravo**

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 1.000.000,00, cujo valor foi cancelado.

A meta física estabelecida foi a execução de 50 ações para erradicação do trabalho escravo em 2011, a qual não foi cumprida em razão do cancelamento do respectivo crédito.

**3.3.9 Atividades específicas do Ministério Público Federal**

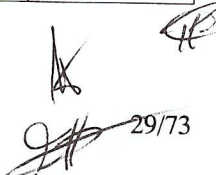
**3.3.9.1 Atividade 4264 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário – Ministério Público Federal**

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 1.518.494.152,00. Houve dois créditos suplementares no valor total de R\$ 12.000.000,00 e sete cancelamentos totalizando R\$ 53.189.128,00, totalizando a dotação autorizada em R\$ 1.492.463.038,00. Foram empenhados R\$ 1.480.063.875,16 e liquidados R\$ 1.411.444.857,47.

Houve inscrição em restos a pagar não processados de R\$ 68.619.017,69 e em restos a pagar processados o valor de R\$ 3.239.710,49, totalizando R\$ 71.858.728,18, conforme quadro a seguir:

**Execução orçamentário/financeira**

<b>Dotação inicial</b>	<b>Dotação Final</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Pago</b>	<b>RP Inscritos</b>	<b>% Execução</b>
R\$ 1.518.494.152,00	R\$ 1.492.463.038,00	R\$ 1.480.063.875,16	R\$ 1.408.205.146,98	R\$ 68.619.017,69	94,61%

  
29/73

A meta estimada foi elaborar 2.636.524 pareceres, tendo sido elaborados 2.220.504 pareceres, havendo, portanto, 84,22% da execução física da meta. Não consta no Relatório de Gestão análise crítica da ação.

### 3.3.3.2 Atividade 4515 – Ações Judiciais na Repressão ao Tráfico Ilícito de Substâncias Entorpecentes

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 1.000.000,00. Houve cancelamento de R\$ 500.000,00, restando dotação autorizada de R\$ 500.000,00, conforme lei nº 12.560, de 15/12/2011, DOU 16/12/2011. Foram empenhados R\$ 322.000,00 no mês de julho de 2012, referente a aquisição de 02 veículos tipo utilitário Toyota Hilux, com valor unitário de R\$ 161.000,00, cada, pela PR do Mato Grosso e pagos integralmente. Os créditos orçamentários foram executados conforme quadro a seguir:

#### Execução orçamentário/financeira

Dotação inicial	Dotação Final	Empenhado	Pago	RP Inscritos em 2011	% Execução
R\$ 1.000.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 322.000,00	R\$ 322.000,00	R\$ 0,00	64,40%

A meta estimada foi de 25 ações judiciais desenvolvidas, tendo sido realizadas somente 3, correspondendo a 12% da execução física da meta. Não consta no Relatório de Gestão análise crítica da ação.



### 3.3.3.3 Atividade 2549 - Comunicação e Divulgação Institucional

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 5.500.000,00. Houve um cancelamento no valor de R\$ 1.500.000,00, conforme Lei nº 12.560 de 15/12/2011, publicado no DOU de 16/12/2011, totalizando a dotação autorizada em R\$ 4.000.000,00, que corresponde a um decréscimo orçamentário de 27,27%. Foram empenhados R\$ 3.711.134,00 e pagos R\$ 2.544.517,03, sendo inscritos em restos a pagar processados R\$ 48.000,00 e, em não processados, a importância de R\$ 1.118.614,61. Os créditos orçamentários foram executados conforme quadro a seguir:

#### Execução orçamentário/financeira

Dotação inicial	Dotação Final	Empenhado	Pago	RP Inscritos em 2011	% Execução
R\$ 5.500.000,00	R\$ 4.000.000,00	R\$ 3.711.131,64	R\$ 2.544.517,03	1.118.614,61	64,81%

A meta física estimada foi de 6.700 matérias veículas. No entanto, consta do Relatório de Gestão que a meta física estimada foi de 4.873 matérias veiculadas, tendo sido executadas 6.700 unidades, correspondendo a 137,49% da execução física da meta. Além disso, não consta no Relatório de Gestão


  
 30/73

análise crítica da ação.

### 3.4 Avaliação das Operações Especiais – Cumprimento das Metas Previstas na Lei Orçamentária Anual de 2009

Comentaremos nos subitens a seguir os créditos orçamentários fixados no Orçamento Geral da União – OGU do exercício de 2011 e os resultados alcançados.

#### 3.4.1 Programa/Operação Especial – 0581/0C04 – Defesa da Ordem Jurídica/Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações – Pessoal Ativo

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário no valor de R\$ 33.468.000,00, suplementado em outubro em R\$ 10.526.000,00 por meio do Decreto de 20/10/11, publicado no DOU de 21/10/11, conforme informações contidas no SigPlan, com posterior cancelamento de toda a dotação em dezembro, conforme quadro a seguir:

Execução orçamentário/financeira					
Dotação inicial	Dotação Final	Empenhado	Pago	RP Inscritos	% Execução
R\$ 33.468.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%

A Unidade informa que na folha de pagamento do MPF não há separação dos pagamentos que se referem à criação e/ou provimento de cargos e funções e reestruturação de cargos, carreiras e revisão de remunerações. Após a nomeação os novos servidores passam a fazer parte da folha normal, bem como os valores decorrentes da revisão de remunerações. Por este motivo anular-se-ão os créditos desta ação para abrir créditos adicionais da ação principal da folha de pagamento de pessoal.

Não houve o estabelecimento de meta para essa Operação Especial.

#### 3.4.2 Programa/Operação Especial – 0581/09HB – Defesa da Ordem Jurídica/Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário para essa ação no valor de R\$ 229.611.269,00, suplementado em março no valor de R\$ 4.254.550,00, totalizando a dotação autorizada em R\$ 233.865.819,00. Foram empenhados R\$ 211.850.072,56 e liquidados R\$ 211.650.543,84. Houve inscrição em restos a pagar de R\$ 199.528,72, conforme quadro a seguir:

Execução orçamentário/financeira					
Dotação inicial	Dotação Final	Empenhado	Pago	RP Inscritos	% Execução
R\$ 229.611.269,00	R\$ 233.865.819,00	R\$ 211.850.072,56	R\$ 211.650.543,84	R\$ 199.528,72	90,50%

Não houve o estabelecimento de meta para essa Operação Especial.

### 3.4.3 Programa/Operação Especial – 0089/0396 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União/Pagamento de Aposentadorias e Pensões

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário para essa ação no valor de R\$ 211.105.298,00. Houve dois créditos suplementares em março e dezembro de R\$ 25.596.489,00 e de R\$ 13.890.000,00, respectivamente, totalizando a dotação autorizada em R\$ 250.591.787,00, que corresponde a um incremento orçamentário de 18,70%. Foram empenhados R\$ 250.591.787,00 e liquidados R\$ 249.920.143,40. Houve inscrição em restos a pagar de R\$ 671.643,60, conforme quadro a seguir:

#### Execução orçamentário/financeira

Dotação inicial	Dotação Final	Empenhado	Pago	RP Inscritos	% Execução
R\$ 211.105.298,00	R\$ 250.591.787,00	R\$ 250.591.787,00	R\$ 249.920.143,40	R\$ 671.643,60	99,73%

A unidade informou no SigPlan que o crédito suplementar de R\$ 25.596.489 foi consignado por meio da Portaria PGR/MPU nº 185, de 30 de março de 2011, publicada na Seção 1 do DOU nº 62, do dia 31/03/2011, para fins de pagamento a membros inativos e pensionistas civis de R\$ 24.660.023,68 da Parcela Autônoma de Equivalência referente aos meses de junho e julho/2006 e valores residuais do recálculo, nos moldes do STF, dos períodos de setembro a dezembro/1994 e julho a dezembro/1997.

Não houve o estabelecimento de meta para essa Operação Especial.

### 3.4.4 Programa/Operação Especial – 0901/00FB – Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) – Aposentadorias e Pensões

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário para essa ação no valor de R\$ 36.919.777,00, com cancelamento de toda a dotação, conforme quadro a seguir:

#### Execução orçamentário/financeira

Dotação inicial	Dotação Final	Empenhado	Pago	RP Inscritos	% Execução
R\$ 36.919.777,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%

A unidade informou no SigPlan que toda a dotação orçamentária desta ação foi anulada para a suplementação de ações dos ramos do MPU, conforme Portaria PGR/MPU nº 185, de 30 de março de 2011, publicada na Seção 1 do DOU nº 62, do dia 31/3/2011, páginas 117 e 118. Acrescentou que em março foi realizado o pagamento a membros inativos e pensionistas civis de R\$ 24.660.023,68 da Parcela Autônoma de Equivalência referente aos meses de junho e julho/2006 e valores residuais do recálculo, nos moldes do STF, dos períodos de setembro a dezembro/1994 e julho a dezembro/1997.

Não houve estabelecimento de meta para essa Operação Especial.

**3.4.5 Programa/Operação Especial – 0901/00FK – Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) – Pessoal Ativo**

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário para essa ação no valor de R\$ 57.097.345,00, com cancelamento de toda a dotação, conforme quadro a seguir:

**Execução orçamentário/financeira**

<b>Dotação inicial</b>	<b>Dotação Final</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Pago</b>	<b>RP Inscritos</b>	<b>% Execução</b>
R\$ 57.097.345,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%

A unidade informou no SigPlan que toda a dotação orçamentária desta ação foi anulada para a suplementação de outras ações dos ramos do MPU, conforme Portaria PGR/MPU nº 185, de 30 de março de 2011, publicada na Seção 1 do DOU nº 62, do dia 31/3/2011, páginas 117 e 118. Em março foi realizado o pagamento a membros ativos de R\$ 20.158.013,80 da Parcela Autônoma de Equivalência referente aos meses de junho e julho/2006 e valores residuais do recálculo, nos moldes do STF, dos períodos de setembro a dezembro/1994 e julho a dezembro/1997.

Não houve estabelecimento de meta para essa Operação Especial.

**3.4.6 Programa/Operação Especial – 0901/00FO – Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço)**

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário para essa ação no valor de R\$ 6.459.449,00, com cancelamento de toda a dotação, conforme quadro a seguir:

**Execução orçamentário/financeira**

<b>Dotação inicial</b>	<b>Dotação Final</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Pago</b>	<b>RP Inscritos</b>	<b>% Execução</b>
R\$ 6.459.449,00	R\$ ,00	R\$ ,00	R\$ ,00	R\$ ,00	0,00%

A unidade informou no SigPlan que toda a dotação orçamentária desta ação foi anulada para a suplementação das ações 09HB (Programa 0581) de todos os ramos do MPU (R\$ 4.254.550 ao MPF, R\$ 1.276.471 ao MPM, R\$ 456.620 ao MPDFT e R\$ 471.808 para o MPT), conforme Portaria PGR/MPU nº 185, de 30 de março de 2011, publicada na Seção 1 do DOU nº 62, do dia 31/3/2011, páginas 117 e 118. Em março foi realizado o pagamento da contribuição patronal a membros ativos de R\$ 759.557,26 da Parcela (P)

Autônoma de Equivalência referente aos meses de junho e julho/2006 e valores residuais do recálculo, nos moldes do STF, dos períodos de setembro a dezembro/1994 e julho a dezembro/1997.

Não houve estabelecimento de meta para essa Operação Especial.

### 3.4.7 Programa/Operação Especial – 0901/0716 – Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário para essa ação no valor de R\$ 15.000,00. Foram empenhados R\$ 6.530,00 e liquidados R\$ 6.530,00, conforme quadro a seguir:

Execução orçamentário/financeira

Dotação inicial	Dotação Final	Empenhado	Pago	RP Inscritos	% Execução
R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 6.530,00	R\$ 6.530,00	R\$ 0,00	43,53%

Os recursos desta ação destinam-se ao pagamento de despesas com débitos judiciais periódicos vincendos, tais como indenizações por danos materiais decorrentes de acidentes de trânsito, pagamento de honorários periciais e cumprimento de decisão judicial.

Não houve estabelecimento de meta física para essa Operação Especial.

### 3.4.8 Programa/Operação Especial – 0901/0716 – Cumprimento de sentenças judiciais/Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais

No Orçamento Geral da União de 2011 foi alocado crédito orçamentário para essa ação no valor de R\$ 15.000,00. Foram empenhados R\$ 6.530,00 e liquidados R\$ 6.530,00. Não houve inscrição em restos a pagar não processados, bem como à inscrição de restos a pagar de outros exercícios, conforme quadro a seguir:

Execução orçamentário/financeira

Dotação inicial	Dotação Final	Empenhado	Pago	RP Inscritos	% Execução
R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 6.530,00	R\$ 6.530,00	0	43,53%

Não houve estabelecimento de meta física para essa Operação Especial.

## 4 AVALIAÇÃO DOS INDICADORES PARA AVALIAR O DESEMPENHO DE GESTÃO

A Unidade não possui indicadores para avaliar o desempenho de sua gestão.

## 5. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

O total da despesa orçamentária de 2011 realizada com pessoal e encargos sociais pelo Ministério Público Federal foi de R\$ 1.655.131.780,26 (um bilhão, seiscentos e cinquenta e cinco milhões, cento e trinta e um mil, setecentos e oitenta reais e vinte e seis centavos).

Do orçamento disponibilizado para despesas com pessoal e encargos sociais, R\$ 49.493.047,74 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e três mil, quarenta e sete reais e setenta e quatro centavos) foram inscritos em restos a pagar do exercício sob exame.

O controle da força de trabalho existente, os procedimentos de admissão, pagamento de remuneração e os processos de cessão e requisição de pessoal, bem como as concessões de aposentadorias e pensões, são realizadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério Público Federal. Na auditoria realizada, por amostragem, por este Controle Interno, observou-se que os atos de gestão praticados foram realizados com observância à legislação aplicável. Salientamos que os concursos e nomeações para preenchimento das vagas de servidores efetivos do quadro permanente dos quatro ramos são realizados pelo Ministério Público da União, utilizando a estrutura administrativa do Ministério Público Federal.

Os atos de pessoal referentes à admissão, exoneração, aposentadoria e pensão de membros e servidores efetivos no âmbito do Ministério Público Federal, no exercício de 2011, analisados pela Secretaria de Orientação e Avaliação deste Controle Interno, por força do Regimento Interno aprovado pela Portaria PGR n.º 200, de 28 de abril de 2009, foram considerados revestidos de legalidade.

Constatamos, no que se refere ao cumprimento do efetivo prazo indicado no art. 7º da IN TCU n.º 55, de 24 de outubro de 2007, o atraso no cadastramento no Sisac de dezenove atos de concessão de aposentadorias expedidos em 2011.

As informações prestadas pela UJ no relatório de gestão apresentam conformidade com o exigido no item 5 da Parte A do Anexo II da DN TCU n.º 108/2010, cujo detalhamento está posto no item 5 da Portaria-TCU n.º 123/2011, com exceção quanto ao preenchimento de algumas tabelas, as quais serão relatadas em item próprio a seguir. As informações colhidas na unidade foram as seguintes:

### 5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

#### 5.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1+1.2)	9.392	9.090	684	379

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1.1 Membros de poder e agentes políticos	1.035	896	0	19
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	8.357	8.194	684	360
1.2.1 Servidores de carreira Vinculados ao órgão	8.146	7.966	652	331
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	-	17	0	0
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	211	211	32	29
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-	-	-
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>	<b>9.392</b>	<b>9.090</b>	<b>684</b>	<b>379</b>

A Unidade omitiu no quadro acima informação da força de trabalho à sua disposição decorrente de nomeação para cargos em comissão de pessoas sem vínculo efetivo com a administração pública, no total de 332, conforme demonstrado no quadro constante do item 4.1.3, perfazendo a força de trabalho em 9.422 servidores/membros.

### 5.1.2 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDIIONADA

TIPOLOGIA DOS AFASTAMENTOS	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>67</b>
1.1 Exercício de Cargo em Comissão	36
1.2 Exercício de Função de Confiança	30
1.3 Outras situações previstas em lei específica	01 (art. 84, §2º, Lei nº 8.112/90)
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)*</b>	<b>1</b>
2.1 Para exercício de mandato eletivo	
2.2 Para estudo ou missão no exterior	
2.3 Para serviço em organismo internacional	
2.4 Para participação em programa de pós-graduação <i>strictu sensu</i> no país	
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>76</b>
3.1 De ofício, no interesse da administração	1
3.2 A pedido, a critério da administração	-
3.3 A pedido, independentemente do interesse da administração para acompanhar cônjuge ou companheiro.	2
3.4 A pedido, independentemente do interesse da administração por motivo de saúde	3
3.5 A pedido, independentemente do interesse da administração por processo seletivo	70
<b>4. Licença remunerada (4.1 + 4.2)</b>	<b>5</b>
4.1 Doença em pessoa da família	1
4.2 Capacitação	4
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>45</b>

<b>TIPOLOGIA DOS AFASTAMENTOS</b>	<b>Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro</b>
5.1 Afastamento do cônjuge ou companheiro	14
5.2 Serviço militar	-
5.3 Atividade política	-
5.4 Interesses Particulares	-
5.5 Mandato classista	31
<b>6. Outras situações (especificar o ato normativo)</b>	-
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>194</b>

\* A unidade não informou o quantitativo de servidores referentes a cada tipo de afastamento.


### 5.1.3. QUANTIFICAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>		<b>1.093</b>	<b>92</b>	<b>72</b>
1.1 Cargo de Natureza Especial		-	-	-
1.2 Grupo direção e assessoramento superior		1.093	-	-
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão		693	60	45
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado		-	-	-
1.2.3 Servidores de outros órgãos e esferas		68	6	6
1.2.4 Sem vínculo		332	26	21
1.2.5 Aposentados		-	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>		<b>2.473*</b>	<b>36</b>	<b>162*</b>
2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão		2.292	36	138
2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado		-	-	-
2.3 Servidores de outros órgãos e esferas		123	0	13
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>		<b>58**</b>	<b>0</b>	<b>11**</b>

\* A Unidade informou valores de totalização nos campos referentes à linha "2. Funções Gratificadas – Lotação Efetiva" e "2. Funções Gratificadas – Egressos no exercício" no quadro acima que não correspondem à soma das linhas "2.1, 2.2 e 2.3". Os valores que correspondem à soma das linhas "2.1" e "2.3" são: Lotação efetiva: 2.415; Egressos no exercício: 151.

\*\* A Unidade informou valores de totalização nos campos referentes à linha "3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)" no quadro acima que não correspondem à soma das linhas "1" e "2". Os valores que correspondem à soma das linhas "1" e "2" são: Lotação efetiva: 3.566, Ingressos no exercício: 128 e Egressos no exercício: 234.

Conforme situação acima, observa-se que 37,84% do quantitativo da força de trabalho disponível no MPF (9.422) ocupa cargo em comissão ou função de confiança.

  
 37/73

**5.1.4 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>1.932</b>	<b>3.553</b>	<b>2.375</b>	<b>874</b>	<b>128</b>
1.1 Membros de poder e agentes políticos	31	418	288	112	47
1.2 Servidores de carreira	1.901	3.135	2.087	762	81
1.3 Servidores com contratos temporários	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>203</b>	<b>152</b>	<b>132</b>	<b>106</b>	<b>38</b>
2.1 Cargos de natureza especial	-	-	-	-	-
2.2 Grupo de direção e assessoramento superior	180	113	70	57	18
2.3 Funções gratificadas	23	39	62	49	20
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>2.135</b>	<b>3.705</b>	<b>2.507</b>	<b>980</b>	<b>166</b>



**4.1.5 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE**

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	-	-	28	62	1.325	4.711	2.491	221	24
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	895	-	1	-
1.2 Servidores de Carreira	-	-	28	62	1.325	3.816	2.491	220	24
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	-	-	4	8	102	510	6	1	-
2.1 Cargos de natureza especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2 Grupo de direção e assessoramento superior	-	-	1	-	20	412	4	1	-
2.3 Funções Gratificadas	-	-	3	8	82	98	2	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	32	70	1.427	5.221	2.497	222	24

Nível de escolaridade : 1) Analfabeto; 2) Alfabetizado sem cursos regulares; 3) Primeiro grau incompleto; 4) Primeiro grau; 5) Segundo grau ou técnico; 6) Superior; 7) Aperfeiçoamento, Especialização, Pós-graduação; 8) Mestrado; 9) Doutorado, Pós-doutorado, PhD.

De acordo com informações colhidas na unidade, o perfil do quadro de inativos e pensionistas da UJ em 31/12/2011 está assim representado:

**5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS**

  
  
 38/73

**5.2.1 CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA**

Regime de proventos/Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral + 2. Proporcional</b>		
1.1 Voluntária	16	-
1.2 Compulsória	11	1
1.3 Invalidez Permanente	119	13
1.4 Outras	837	61
<b>3. Totais (1+2)</b>		

A unidade não detalhou o quantitativo de servidores referentes a cada regime de aposentadoria, se integral ou proporcional, tampouco fez a totalização dos regimes de proventos/aposentadorias.

**5.2.2 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA**

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>341</b>	<b>15</b>
1.1 Integral		
1.2 Proporcional		
<b>2. Em atividade</b>	<b>176</b>	<b>12</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>517</b>	<b>27</b>

A unidade não detalhou o quantitativo de servidores aposentados referentes a cada tipo de aposentadoria, integral ou proporcional.

De acordo com informações colhidas na unidade, o perfil do quadro de estagiários da UJ em 31/12/2011 está assim representado:

**5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS**

**4.3.1 QUANTITATIVOS TRIMESTRAIS DE CONTRATOS DE ESTÁGIO VIGENTES, DISCRIMINANDO-OS DE ACORDO COM O NÍVEL DE ESCOLARIDADE EXIGIDO E COM A ALOCAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS NA ESTRUTURA DA UJ (NA ÁREA FIM OU NA ÁREA MEIO)**

Nível de escolaridade	Quantitativos de contratos de estágios vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>3.028</b>	<b>2.858</b>	<b>3.106</b>	<b>2.965</b>	<b>R\$ 4.073.745,43</b>
1.1 Área fim	2.621	2.405	2.573	2.404	-

1.2 Área meio	407	529	533	561	-
<b>2. Nível médio</b>	<b>125</b>	<b>76</b>	<b>73</b>	<b>76</b>	<b>R\$ 153.678,00</b>
2.1 Área fim	-	-	-	-	-
2.2 Área meio	125	76	73	76	-
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>3.153</b>	<b>2.934</b>	<b>3.179</b>	<b>3.041</b>	<b>R\$ 4.227.423,43</b>

A situação acima demonstra que os estagiários representam, em média, 32,64% da força de trabalho em relação aos servidores efetivos do órgão.

#### 5.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL DA UJ

De acordo com informações colhidas na unidade, a composição do quadro de custos de pessoal da UJ em 31/12/2011 está assim representada:

##### 5.4.1 QUADRO ONDE SÃO DISCRIMINADAS AS NATUREZAS DE DESPESAS DE PESSOAL PARA CADA TIPOLOGIA DE SERVIDORES E DE CARGOS RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO AOS DOIS IMEDIATAMENTE ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de exercícios anteriores	Decisões judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercício	2011	256.914.050,28	205.669,34	21.683.683,26	14.428.778,19	16.608.836,01	4.086.354,52	15.975.721,62	20.700.839,61	0,00	350.603.932,83
	2010	260.768.233,18	191.847,32	21.702.710,93	14.240.428,35	14.432.616,92	3.609.082,82	15.864.728,59	44.793.701,13	0,00	375.603.349,24
	2009	244.799.750,24	133.721,39	21.020.858,27	12.755.049,40	13.327.565,42	3.589.296,51	14.681.082,76	34.629.039,02	0,00	344.936.363,01
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercício	2011	355.155.732,90	2.218.800,26	45.386.285,86	30.435.080,81	46.154.193,78	1.298.543,37	209.732,67	8.313.534,45	20.304,45	489.192.208,55
	2010	317.945.154,51	2.380.992,24	39.969.273,85	25.484.575,03	37.364.214,36	1.061.278,05	282.649,93	2.531.031,41	5.407,20	427.024.576,58
	2009	323.024.365,61	2.024.748,89	38.816.709,67	23.028.729,41	36.694.941,19	822.867,32	210.171,25	240.373,50	43.919,04	424.906.825,88
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercício	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores cedidos com ônus ou em licença</b>											
Exercício	2011	13.435.497,19	693.083,07	1.842.260,08	1.390.997,54	1.216.302,15	73.992,58	93.360,36	856.787,15	0,00	19.602.280,12
	2010	12.782.632,22	522.728,27	1.464.049,85	1.236.793,68	1.042.560,17	71.362,86	113.966,27	63.428,85	0,00	17.297.522,17
	2009	9.935.569,42	359.420,80	1.064.401,99	1.017.737,72	630.185,25	21.527,76	94.217,58	147.244,03	0,00	13.270.304,55
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercício	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											

Exercício	2011	68.093.039,55	49.274.491,74	10.061.116,74	7.983.031,76	10.505.433,33	424.243,83	55.980,44	3.823.247,67	0,00	150.220.585,06
	2010	66.602.478,25	46.412.932,58	9.604.213,11	7.756.307,71	8.801.494,72	518.903,58	52.458,00	404.511,93	0,00	140.153.299,88
	2009	65.224.366,67	45.830.818,33	9.470.078,70	6.873.098,82	8.384.921,29	438.856,72	57.020,33	136.817,70	0,00	136.415.978,56
<b>Servidores ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercício	2011	181.065.133,50	38.521.960,43	19.231.055,47	18.100.946,79	23.744.108,77	899.888,50	18.634,36	6.230.496,40	2.658,86	287.814.883,08
	2010	181.256.499,76	38.413.677,16	18.959.718,67	16.605.886,97	21.714.199,96	808.554,20	42.935,56	512.094,24	0,00	278.313.566,52
	2009	179.292.671,04	38.105.443,95	18.784.251,38	15.253.142,43	20.438.064,28	804.649,38	30.249,66	216.636,64	29.682,30	272.954.791,06

Em conformidade com as orientações constantes no item 5.6 da Portaria TCU nº 123/2011, na qual a Unidade responsável pela área de recursos humanos “deve informar os indicadores dos quais se utiliza para tal gerenciamento, e se não tenham indicadores desenvolvidos devem fazer constar essa informação no Relatório de Gestão e se há previsão de desenvolvê-los”, foi incluída, no citado relatório, informação de que, no exercício de 2011, ainda não possui Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.

## 6 AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O MPF apresentou quadros consolidados no Relatório de Gestão com os quesitos a serem avaliados a respeito da Estrutura de Controles Internos da UJ, conforme item 9 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 108/2010, detalhado no item 9 da Portaria TCU nº 123/2011, considerando as afirmativas que compõem o Quadro A.9.1 desse item.

Verificamos em trabalhos de auditoria de acompanhamento de gestão que a Unidade apresenta um bom ambiente de controle, sendo a comunicação dentro da UJ adequada e eficiente. Os altos dirigentes da UJ percebem que os controles internos são essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento e, ainda, existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.

A avaliação de risco também é satisfatória, com os objetivos e metas da unidade jurisdicionada devidamente formalizados. No entanto, não é prática da unidade realizar o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, nem a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. Ainda assim, não é recorrente a ocorrência de fraudes e erros originados de fragilidades nos controles internos.

Em relação à informação e comunicação, observamos que a informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível e as informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. As informações divulgadas internamente atendem às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. No entanto, a comunicação das informações não perpassa

todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.

## **7 AVALIAÇÃO DA ADERÊNCIA AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**


Nos processos de aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e contratação de serviços e obras, realizados pelo MPF, em 2011, foi observada a adoção dos critérios de sustentabilidade ambiental, sendo a Gestão Ambiental considerada satisfatória de acordo com a Instrução Normativa nº 1/2010 e Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Decreto nº 5.940/2006.

A Unidade Jurisdicionada preencheu o quadro para elaboração dos Relatórios de Gestão com os quesitos a serem avaliados a respeito da Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis da UJ, conforme a Portaria TCU nº 123, de 12/5/2011.

Em relação aos critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações, a UJ relatou que, nas aquisições de computadores, é exigida que sejam obedecidas as diretivas RoHS no processo de fabricação de seus componentes, e a madeira utilizada para construções não pertence à lista de espécies ameaçadas de extinção, além de ser proveniente de fontes manejadas, certificadas ou em condições de reutilização, especialmente para madeiras e painéis compensados, esquadrias, pisos, acabamentos e construções temporárias, tais como: escoras e formas para concreto, bandejeões e barreiras de pedestres.

A aquisição de produtos pelo MPF, em sua maioria, é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza, além de apresentarem durabilidade e qualidade. Tem sido considerada, na aquisição de veículos, procedimentos de acordo com as normas PROCONV e CONAMA, e para equipamentos elétricos, o selo PROCEL. A Unidade ainda informou que está gradativamente substituindo a compra de papel alcalino por papel reciclado e a carcaça dos computadores é composta por conteúdos reciclados e possui, na Sede, convênio com a Cooperativa Reciclo, para separação de resíduos recicláveis descartados.

A UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica, além de campanhas direcionadas para a proteção do meio ambiente. Nesse sentido, as seguintes ações foram realizadas:

- Foram desenvolvidas as campanhas Sherlock Window, para que as pessoas deixassem as janelas fechadas a fim de diminuir o consumo de energia com ar condicionado, por meio de história em quadrinhos em cartazes, pelo site da PGR e e-mail. 

- Foi realizada campanha para diminuir o desperdício de água mineral deixado nos copos, depois do consumo por meio de banners, e-mail, cartazes, site do Programa de Gestão Ambiental e instalação artística montadas nas principais entradas do edifício-sede da PGR.
- Juntamente com a substituição da água de garrafão por purificadores, foi feita campanha através de divulgação eletrônica.
- Foi realizada campanha Jogue Limpo, para revitalização da coleta seletiva de papel, por meio de cartazes, instalações artísticas e e-mail, *banner* na internet em comemoração ao dia da árvore.
- Comemoração anual da semana do meio ambiente, onde ocorrem palestras, exibição de filmes, exposições, mini-curso, oficinas, distribuição de plantas e sorvetes típicos do cerrado, feira de produtos orgânicos, dentre outras atividades. A comemoração ocorre anualmente desde 2007.

## 8 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Unidade Jurisdicionada preencheu o quadro para elaboração dos Relatórios de Gestão com os quesitos a serem avaliados a respeito da Gestão de TI conforme item 12 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 108/2010, detalhado no item 12 da Portaria TCU nº 123/2011, considerando as afirmativas que compõem o Quadro A.12.1 desse item. Verificamos que há na Unidade planejamento institucional em vigor e existe área que faz o planejamento da UJ como um todo. Ademais, também há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor e existe comitê que decide sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.

Verificamos que há carreiras específicas para a área no plano de cargos do Ministério Público da União, porém com níveis de remuneração inferiores ao de outros órgãos federais. Entretanto, há projeto de lei específico para adequação das tabelas de remuneração dos servidores do MPU, encaminhados pelo Procurador-Geral da República ao Congresso Nacional, onde se encontra paralisado.

O quesito desenvolvimento e produção de sistemas é satisfatório, pois é efetuada a avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ e o desenvolvimento de sistemas segue metodologia definida. Nos contratos celebrados, é exigido acordo de nível de serviço. A Unidade informou que não há participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.



**9 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES**

O Órgão não promoveu transferência de recursos financeiros nem recebeu recursos mediante convênios, acordos, ajustes, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres.

**10 Avaliação dos processos licitatórios realizados NO ÂMBITO DO MPF**

**10.1 REALIZADOS POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

**10.1.1** O Ministério Público Federal realizou, no exercício de 2011, despesas no total de R\$ 205.069.926,00. Os processos referentes a essas despesas foram objeto de análise, por amostragem, nos trabalhos de auditoria realizados nas unidades gestoras do Órgão.

**10.1.2** Do citado valor, R\$ 139.914.642,00 decorreu de procedimentos licitatórios, R\$ 64.752.039,00 de dispensa e inexigibilidade de licitação e R\$ 403.245,00 de suprimentos de fundos, correspondentes a 68,23%, 31,57% e 0,20% respectivamente, conforme demonstrativo abaixo:

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada (R\$)		Despesa paga (R\$)	
	2011	2010	2011	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>139.914.642,00</b>	<b>114.541.613,89</b>	<b>137.195.253,00</b>	<b>112.832.37,94</b>
Convite	192.727,00	41.293,30	192.727,00	41.293,30
Tomada de Preços	816.003,00	711.893,74	810.924,00	711.893,74
Concorrência	9.833.831,00	7.818.772,74	9.833.831,00	7.818.772,74
Pregão	129.072.081,00	105.969.654,11	126.357.771	104.260.978,16
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>	<b>64.752.039,00</b>	<b>67.491.728,75</b>	<b>64.170.450,00</b>	<b>67.121.892,75</b>
Dispensa	38.567.433,00	41.982.305,61	38.006.027,00	41.628.878,81
Inexigibilidade	26.184.606,00	25.509.423,14	26.164.423,00	25.493.013,94
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>403.245,00</b>	<b>378.572,97</b>	<b>403.245,00</b>	<b>378.572,97</b>
Suprimento de Fundos	403.245,00	378.572,97	403.245,00	378.572,97

**10.1.3** A AUDIN/MPU, com base nos critérios de materialidade, relevância e risco, utilizou-se de amostragem de unidade monetária e de seleção ao acaso, conforme orientação da NBCT 530 – Amostragem em Auditoria. A amostragem de unidade monetária é um tipo de seleção com base em valores, na qual o tamanho, a seleção e a avaliação da amostra resultam em uma conclusão em valores monetários. Na seleção ao acaso, o auditor seleciona a amostra sem seguir uma técnica estruturada. Embora nenhuma técnica

*[Handwritten signature]*  
44/73

estruturada seja usada, o auditor, ainda assim, evita qualquer tendenciosidade ou previsibilidade consciente (por exemplo, evitar itens difíceis de localizar ou escolher ou evitar sempre primeiros ou os últimos lançamentos de uma página) e, desse modo, procura se assegurar de que todos os itens da população têm uma mesma chance de seleção.

**10.1.4** Conforme avaliação, por amostragem, da regularidade dos processos licitatórios realizados pelas unidades gestoras do MPF, incluindo dispensa e inexigibilidade de licitação, não foram encontradas irregularidades/impropriedades, que não tenham sido corrigidas ou adotadas providências visando evitar reincidência.

Segue abaixo quadro com as referidas licitações selecionadas por este órgão de controle interno, com base nos critérios de materialidade, relevância e risco:

UJ	Código/UG	Modalidade da contratação	Objeto da contratação	Valor da contratação R\$	Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade	Identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ)
SA	200.100	Pregão	Serviços de implantação de solução integrada de rede de comunicações, com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem, entre as unidades que compõem os ramos do MPU, bem como a ESMPU e o CNMP.	428.933.734,92	Não se aplica	Via Telecom S/A CNPJ: 01.116.942/0001-00
SA	200.100	Pregão	serviços de Vigilância Armada – com arma de fogo e arma não letal – e Desarmada, nas dependências da Procuradoria Geral da República e do Conselho Nacional do Ministério Público.	9.267.903,67	Não se aplica	Agroservice Segurança Ltda. CNPJ:03.602.646/0001-37
SA	200.100	Pregão	Serviços de gerenciamento e execução de atividades para o desenvolvimento de atividades psicopedagógicas relacionadas a estimulação psicomotora de crianças, bem como para a execução dos serviços de cozinha e limpeza no berçário/lactário da Procuradoria Geral da República com o fornecimento de todo o material de consumo, máquinas e equipamentos necessários aos serviços de limpeza, conservação e higienização.	479.988,12	Não se aplica	Apecê Serviços Gerais Ltda. CNPJ:00.087.163/0001-53
SA	200.100	Dispensa	Serviços de limpeza, conservação e higienização.	3604679,28	Art. 24, inciso XI, da Lei nº 8.666/93.	Cidade Serviços e Mão-de-Obra Especializada Ltda. CNPJ:26.414.755/0001-26
SA	200.100	Pregão	Serviços de manutenção e conservação civil com fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais de consumo, para atender a PGR.	404.617,20	Não se aplica	Mega Luz Engenharia e Representações Ltda. CNPJ:06.200.377/0001-70
SA	200.100	Pregão	Solução corporativa, integrada e informatizada de gestão pública, abrangendo as áreas de compras, contratos, almoxarifado e patrimônio mobiliário, contemplando fornecimento de software e serviços técnicos especializados.	6.954.868,24	Não se aplica	Link Data Informática e Serviços Ltda. CNPJ:24.936.973/0001-03
SA	200.100	Pregão	Serviços de copeiragem no edifício da Procuradoria Geral da República, bem como nos demais imóveis por ela administrados.	2.239.839,85	Não se aplica	Cidade Serviços e Mão-de-Obra Especializada Ltda. CNPJ:26.414.755/0001-26
SA	200.100	Pregão	Serviços de transporte de passageiros, visando atender o Programa Ecotransporte	235.999,68	Não se aplica	AGM Caetano ME – Santa Marta Mobi

UJ	Código/UG	Modalidade da contratação	Objeto da contratação	Valor da contratação R\$	Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade	Identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ)
			da PGR			CNPJ:07.457.600/0001-22
SA	200.100	Pregão	Serviços de impressão corporativa (Outsourcing de Impressão).	666.146,88	Não se aplica	Simpres Comércio, Locação e Serviços S.A. CNPJ:07.432.517/0001-07
SA	200.100	Dispensa	Serviços de consultoria para a implantação da modernização da gestão administrativa e a formulação de Plano Estratégico Institucional do MPF	1.502.700,00	Art. 24, inc. XIII, da Lei nº 8.666/93	Fundação Getúlio Vargas CNPJ:33.641.663/0001-44
SA	200.100	Pregão	Serviço de hospedagem e de locação de espaços, equipamentos e serviços de suporte de eventos em todo território nacional.	15.921.282,20	Não se aplica	Cinco F Consultoria, Participações e Serviços Ltda CNPJ:03.951.054/0001-38 V3 Produções Eventos e Turismo CNPJ:03.736.076/0001-78 Front Propaganda Ltda CNPJ:01.988.742/0001-30
SA	200.100	Concorrência	Serviços especializados de mão-de-obra para remanejamento de barramentos blindados localizados no subsolo da Procuradoria Geral da República	210.104,75	Não se aplica	Engerede Engenharia Representação Ltda CNPJ:04.823.459/0001-46
SA	200.100	Inexigibilidade	Fornecimento de kits com reagentes para o equipamento Mini Vidas - Vidas Blue da Biomeriux Brasil SA.	475.020,00	Art. 25, inc. I da Lei nº 8.666/93	Biotécnica Comércio e Assistência de Equipamentos Hospitalares Ltda. CNPJ: 37.107.117/0001-89
PRR1-DF	200.208	Pregão Eletrônico	Serviços de vigilância armada para atender à sede da Procuradoria Regional da República da 1ª Região, em Brasília/DF.	627.531,60	Não se aplica	Patrimonial Segurança Integrada Ltda. CNPJ:04.559.666/0001-35
PRR1-DF	200.208	Pregão	Serviços de limpeza, asseio e conservação, com fornecimento de material, nas dependências do edifício-sede da Procuradoria Regional da República da 1ª Região, em Brasília/DF.	553.024,56	Não se aplica	Visão Administração e Construção Ltda. CNPJ:01.708.458/0001-62
PRR1-DF	200.208	Pregão	Serviços de vigilância desarmada	143.653,44	Não se aplica	Patrimonial Segurança Integrada Ltda. CNPJ:04.559.666/0001-35
PRR1-DF	200.208	Pregão Eletrônico	Serviços reprográficos e de encadernação, com locação de máquinas novas e sem uso.	99.000,00	Não se aplica	Marb Serviços Ltda. CNPJ:10.419.289/0001-31
PRR1-DF	200.208	Pregão Eletrônico	Serviços de reforma e ampliação dos banheiros do subsolo do edifício sede da Procuradoria Regional da República da 1ª Região	29.612,87	Não se aplica	Heimar-Construções e Serviços Gerais Ltda. CNPJ:24.917.312/0001-22
PRR1-DF	200.208	Dispensa	Serviços de manutenção em equipamentos de combate à incêndio.	123.818,52	Art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/93	Engetec Tecnologia em Prevenção e Controle de Incêndio Ltda. CNPJ:01.721.142/0001-00
PRR2-RJ	200.045	Pregão Eletrônico	Locação de máquinas reprográficas com manutenção técnica preventiva e corretiva e fornecimento dos demais insumos, inclusive mão de obra, exceto papel.	107543,28	Não se aplica	Vicma Comércio de Equipamentos para Escritório Ltda. CNPJ:05.630.085/0001-5
PRR2-RJ	200.045	Pregão	Serviços de vigilância armada e desarmada, segurança privada e brigada de incêndio	1.834.331,16	Não se aplica	Centauro Vigilância e Segurança Ltda. CNPJ: 31.245.699/0001-83
PRR2-RJ	200.045	Pregão	Serviços de suporte logístico e apoio administrativo	309.533,28	Não se aplica	Única Serviços de Manutenção e Limpeza

UJ	Código/UG	Modalidade da contratação	Objeto da contratação	Valor da contratação R\$	Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade	Identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ)
						Ltd. CNPJ: 08.518.431/0001-56
PRR2-RJ	200.045	Pregão	Serviços de vigilância armada e desarmada, segurança privada e brigada de incêndio	2.205.584,64	Não se aplica	Vigban – Empresa de Vigilância Bancária, Com. E Industrial Ltda. CNPJ:33.746.207-0001/69
PRR2-RJ	200.045	Pregão	Prestação de serviços de conservação e limpeza.	339.569,52	Não se aplica	Angel's Serviços Técnicos Ltda. CNPJ: 68.565.530/0001-10
PRR2-RJ	200.045	ARP	Aquisição de 500 unidades de mídias de DVD-R e 500 de DVD-RW	1.850,00	Não se aplica	Office Paper Papelaria Ltda. CNPJ:05.785.876.0001-04
PRR2-RJ	200.045	Dispensa de Licitação	Serviço de engenharia de avaliação de imóveis urbanos	14.600,00	Art. Inc. I, da Lei nº 8.666/93	Instituto Urbanométrica Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ltda. CNPJ: 07680750/0001-09
PRR2-RJ	200.045	Inexigibilidade	Instalação e configuração de software.	3.024,00	Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93	Task Sistemas de Computação S.A. CNPJ: 28.708.477/0001-45
PRR2-RJ	200.045	Inexigibilidade	Contratação de manutenção preventiva e corretiva para 4 catracas e 2 coletores de dados da marca Wolpac.	10.814,76	Art. 25, inc. I, Lei nº 8.666/93	Ata Comércio e Serviços Ltda. CNPJ:07.692.286/0001-62
PRR-3 SP	200.204	Pregão	Serviços de segurança armada, desarmada, eletrônica e brigada de incêndio.	1.211.751,12	Não se aplica	Security Vigilância e Segurança Ltda. CNPJ:00.332.087/0001-02
PRR-3 SP	200.204	Pregão	Serviços de limpeza e conservação.	933.060,60	Não se aplica	Athenas Comercial e Serviços Ltda. CNPJ: 03.267.511/0001-2
PRR-3 SP	200.204	Pregão Eletrônico	Serviços de reprografia.	29.868,00	Não se aplica	Docprint Service Ltda. CNPJ:00.348.003/0013-54
PRR-3 SP	200.204	ARP	Aquisição e instalação de 180 m² de carpetes para o edifício-sede.	16.002,00	Não se aplica	Pisotron Indústria e Comércio de Carpetes Ltda.-EPP CNPJ:09.277.696/0001-72
PRR-3 SP	200.204	Dispensa	Serviço de análise técnica e emissão de relatório descritivo e detalhado dos serviços necessários à recuperação das funções normais de Chillers Carrier – Modelo 30 HCX260.	3.550,00	Art. 24, inc. II, Lei nº 8.666/93	Galinho Refrigeração Comercial e Importadora Ltda. CNPJ:61.656.088/0001-99
PRR-3 SP	200.204	Dispensa	Fornecimento de letras em chapas de inox para a PRR3	4.350,00	Art. 24, inc. II, Lei nº 8.666/93	Korteck Identificação e Arte Ltda. CNPJ: 11.394.394/0001-26
PRR-3 SP	200.204	Inexigibilidade	Prestação de serviços de manutenção dos Sistemas para Controle de Acesso (Foracesso) e de Frequência – ponto eletrônico (Forponto).	19.341,00	Art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93	Task Sistemas de Computação S/A CNPJ:28.708.477/0001-45
PRR-3 SP	200.204	Tomada de Preços	Serviços de reforma das rampas de acesso aos subsolos do edifício-sede da PRR da 3ª Região.	21.112,05	Não se aplica	RBS Construções e Comércio Ltda. CNPJ:09.600.341/0001-72
PRR-3 SP	200.204	Dispensa	Serviços de suporte operacional, relacionado às atividades de mensageiro.	19.203,72	Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93	Sclean Serviços Técnicos Ltda.-EPP CNPJ:08.283.259/0001-07
PRR-4 RS	200.102	Pregão	Serviços de limpeza e conservação	184.827,00	Não se aplica	Silvestre Administração e Serviços Ltda. CNPJ:91.221.390/0001-85

UJ	Código/UG	Modalidade da contratação	Objeto da contratação	Valor da contratação R\$	Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade	Identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ)
PRR-4 RS	200.102	Pregão	Locação de 5 máquinas multifuncionais digitais.	35.880,00	Não se aplica	Copybras Copiadoras do Brasil Ltda. CNPJ:02.446.649/0001-10
PRR-4 RS	200.102	Dispensa	Contratação de instituição sem fins lucrativos, qualificada na formação técnico-profissional metódica de jovens aprendizes em serviços administrativos, para execução de atividades administrativas nas dependências da PRR 4ª Região	163.855,68	Art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93	Movimento pelos Direitos da Criança e Adolescente CNPJ:93.459.345/0001-99
PRR-4 RS	200.102	Pregão Eletrônico	Serviço de telefonista	30.221,04	Não se aplica	Clinsul Mão-de-Obra e Representação Ltda. CNPJ:72.173.164/0001-21
PRR-4 RS	200.102	Pregão Eletrônico	Serviços de vigilância armada para o edifício-sede da Procuradoria Regional da República na 4ª Região.	146.919,96	Não se aplica	Lince Segurança Patrimonial Ltda-ME CNPJ:10.364.152/0002-08
PRR-4 RS	200.102	ARP	Aquisição de 48 estações de trabalho	17.879,28	Não se aplica	Office Shop Indústria e Comércio de Móveis Ltda. CNPJ:03.682.786/0001-62
PRR-4 RS	200.102	ARP	Aquisição de 69 microcomputadores.	139.932,00	Não se aplica	Hewlett Packard Brasil Ltda. CNPJ:61.797.924/0001-55
PRR-4 RS	200.102	Dispensa	Serviços de vigilância armada diurna e noturna no Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República da 4ª Região	82.710,90	Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/1993	Vigitec Segurança Ltda. CNPJ:03.144.992/0001-19
PRR-4 RS	200.102	Inexigibilidade	Prestação de serviços técnico profissionais para a PRR4ª - Capacitação em Planejamento Estratégico	192.035,00	Art. 25, inc. II, combinado c/ o art. 13, inc. VI, da Lei nº 8.666/1993	Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciência - Fundatec CNPJ:878.784.76/0001-08
PRR-4 RS	200.102	Concorrência	Construção do edifício-sede da Procuradoria Regional da República da 4ª Região-RS (Contrato rescindido)	2068739,61	Não se aplica	Encon Engenharia e Construções Ltda CNPJ:01.894.955/0001-00
PRR-4 RS	200.102	Concorrência	Construção do edifício-sede da Procuradoria Regional da República da 4ª Região-RS	39.352.035,36	Não se aplica	TECON Tecnologia em Construções Ltda. CNPJ:05.502.281/0001-02
PR-AM	200.071	Pregão	Locação de máquina reprográfica para a sede	57.720,00	Não se aplica	Copymaster Comércio e Representações Ltda CNPJ:04.964.821/0001-07
PR-AM	200.071	Pregão	Serviço de limpeza e conservação para a sede	110726,64	Não se aplica	CRIART - Serviços de Terceirização de Mão de Obra CNPJ:07.783.832/0001-70
PR-AM	200.071	Pregão	Serviço de vigilância para a sede	279.894,96	Não se aplica	Amazonas Segurança e Vigilância Armada Ltda CNPJ:08.342.262/0001-46
PR-AM	200.071	Pregão	Prestação de serviços de suporte operacional	15.900,00	Não se aplica	Tawrus Conservação, Serviços e Equipamentos Eletrônicos Ltda CNPJ:09.406.002/0001-50
PR-AM	200.071	ARP	Aquisição de 1 scanner	7.999,00	Não se aplica	Czar Soluções em Tecnologia da Informação Ltda CNPJ:11.015.572/0001-60
PR-AM	200.071	Dispensa	Apólice de seguro para imóvel próprio da PR/AM	2.033,40	Inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.	Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais CNPJ:61.198.164/0001-60
PR-AM	200.071	Tomada de Preços	Reforma no edifício-sede da Procuradoria da República no Município de Tabatinga.	762.191,50	Não se aplica	Queiroz Serviços de Conservação e Manutenção

UJ	Código/UG	Modalidade da contratação	Objeto da contratação	Valor da contratação R\$	Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade	Identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ)
						Ltda-ME. CNPJ:10.399.083/0001-97
PR-AM	200.071	Convite	Serviços de construção de cobertura e estacionamento do edifício-sede da PR/AM	104.114,99	Não se aplica	MS Engenharia Ltda CNPJ:11.347.955/0001-36
PR-AP	380.005	Pregão	Serviços de limpeza e conservação, recepção, copeiragem, jardinagem no edifício-sede e anexo da PR/AP	145.296,51	Não se aplica	I. M. P. da Silva CNPJ:06.119.287/0001-50
PR-AP	380.005	Pregão	Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva em 43 aparelhos condicionadores de ar dos tipos "split" e "de parede"	7.740,00	Não se aplica	Refrigeo Comércio e Serviço Ltda. CNPJ:05.724.630/0001-22
PR-AP	380.005	Pregão	Prestação de serviços de vigilância armada na sede da PR/AP	297.543,00	Não se aplica	Ágile Segurança Ltda. CNPJ:10.662.792/0001-13
PR-AP	380.005	ARP	Serviços de administração da aquisição, gerenciamento e controle de combustíveis, utilizando cartão eletrônico, para atender a frota de veículos da PR/AP	11.328,00	Não se aplica	Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios Hom Ltda. - Embratrec Ecofrotas CNPJ:03.506.307/0001-57
PR-AP	380.005	Pregão	Aquisição de seis notebooks, incluindo garantia on-site de 48 meses	23.880,00	Não se aplica	Torino Informática Ltda. CNPJ:03.619.767/0001-91
PR-AP	380.005	Dispensa	Reforma e ampliação da rede elétrica da PR/AP	14.468,39	Art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93	Eletroservice Engenharia e Comércio Ltda. - ME CNPJ:07.303.010/0001-45
PR-AP	380.005	Dispensa	Contratação de empresa especializada na formação técnico profissional de adolescentes aprendizes em serviços de apoio a atividades administrativas	94425,6	Art. 24, inc. XIII, da Lei nº 8.666/93	Centro de Integração Empresa Escola - CIEE CNPJ:61.600.839/0001-55
PR-AP	380.005	Inexigibilidade	Renovação da assinatura anual do periódico "Fórum de Contratação e Gestão Pública"	6.816,00	Art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93	Editora Forum Ltda. CNPJ:41.769.803/0001-92
PR-BA	200.031	Pregão	Prestação de serviços de conservação e limpeza, com fornecimento de equipamentos, a serem executados nas dependências da Procuradoria da República da Bahia em Salvador.	330599,16	Não se aplica	Matrix - Serviços de Assessoria e Apoio Administrativo Ltda.
PR-BA	200.031	Pregão Eletrônico	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de nove centrais telefônicas	50.400,00	Não se aplica	Entel Comércio e Representações Ltda. CNPJ:13.745.542/0001-35
PR-BA	200.031	Pregão Eletrônico	Registro de preço para contratação de serviços de segurança patrimonial ostensiva com vigilância armada e desarmada para serem executados na sede da Procuradoria da República em Salvador (PR/BA) e PRM's	2524741,56	Não se aplica	BRK - Segurança Integrada Ltda. CNPJ:10.014.459/0001-99
PR-BA	200.031	ARP	Serviços de traduções/versões simultaneas e de texto, com revisão, compreendendo a sonorização de ambientes em reuniões, encontros, work shop, seminários, palestras e outros eventos de nível nacional e internacional, incluindo gravação, degravação em CD ou DVD ou outro meio disponível, por demanda, para atender às exigências da Procuradoria da República na Bahia.	273.470,00	Não se aplica	Pangea Centro de Tradução, Interpretação e Idiomas S/S Ltda. CNPJ:08.198.805/0001-01
PR-BA	200.031	Dispensa	Aquisição de peças de reposição referente ao serviço de manutenção corretiva a ser realizado no equipamento no-break PT X3 NIS, 190 KVA, 220v.	20.989,74	Art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/93	Xavier Paim & Cia Ltda. EPP CNPJ:14.271.522/0001-32
PR-BA	200.031	Inexigibilidade	Inscrição de 40 servidores no curso	8.000,00	Art. 25, inciso	04.636.688/0002-32

UJ	Código/UG	Modalidade da contratação	Objeto da contratação	Valor da contratação R\$	Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade	Identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ)
		de	"Seminário de Auto-Gerenciamento atingindo a excelência"		II, e art. 13, inciso VI da Lei nº 8.666/93	Objeto: Inscrição de 40 servidores no curso "Seminário de Auto-Gerenciamento atingindo a excelência"
PR-BA	200.031	Tomada de Preços	Elaboração de projetos executivos para a nova sede da PRM de Feira de Santana	67.939,94	Não se aplica	GBM Engenharia e Arquitetura Ltda. CNPJ:03.207.445/0002-16
PR-BA	200.031	Tomada de Preços	Reforma para adequação de imóvel para instalação da PRM Ilhéus	1.007.887,85	Não se aplica	MMA Engenharia Ltda. - EPP CNPJ:10.258.963/0001-43
PR-CE	200.082	Pregão Eletrônico	Locação de máquinas reprográficas e fornecimento de mão de obra para a sede da PR/CE.	38.319,84	Não se aplica	Ricópia Comércio e Serviços Ltda. CNPJ:04.368.344/0001-09
PR-CE	200.082	Pregão Eletrônico	Prestação de serviços de copeiragem nas dependências da sede da PR/CE.	109.102,77	Não se aplica	Faz Empreendimentos e Serviços Ltda. CNPJ:10.533.966/0001-48
PR-CE	200.082	Pregão Eletrônico	Prestação de serviços de vigilância armada	721.575,74	Não se aplica	Gestor Segurança Patrimonial Armada Ltda. CNPJ:04.808.914/0001-34
PR-CE	200.082	ARP	Aquisição de doze notebooks para os membros da PR/CE	23.868,00	Não se aplica	LENOVO Tecnologia (Brasil) Ltda. CNPJ:07.275.920/0001-61
PR-CE	200.082	Dispensa	Serviços especializados de arquitetura e/ou engenharia, para elaboração de projeto executivo de pintura de ambientes de seu edifício-sede.	3.400,00	Art. 24, inciso I, da Lei nº 8.666/93	Gold Serviços Construções Ltda. CNPJ:10.940.340/0001-56
PR-CE	200.082	Inexigibilidade	Serviço de treinamento – "Curso 3098 - "Novell Zenworks Administration"	2.776,00	Art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93	Komputer Informática LTDA CNPJ:06.305.747/0001-34
PR-CE	200.082	Tomada de Preços	Reforma no edifício-sede da Procuradoria da República no Estado do Ceará	502.202,50	Não se aplica	Santa Tereza Engenharia Ltda. CNPJ:08.093.612/0001-88
PR-CE	200.082	Tomada de Preços	Execução de serviços de cabeamento lógico no edifício-sede da PR/CE.	450651,93	Não se aplica	Expernet Telemática Ltda. CNPJ:65.549.479/0001-65
PR-DF	200.023	Pregão	Serviços de reprografia, fax, digitalização e impressora, com fornecimento de mão-de-obra e manutenção, exceto papel.	97.200,00	Não se aplica	MR Computer Informática, Comércio e Importação Ltda CNPJ:00.495.124/0001-95
PR-DF	200.023	Pregão Eletrônico	Serviços de segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificação, primeiros socorros por meio de "brigada de bombeiros particulares", credenciada junto ao CBMDF, a serem executados de forma contínua para atender às necessidades da Procuradoria da República no Distrito Federal (PR-DF) e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).	525.076,08	Não se aplica	DF Extintores, Cursos, Sistemas Contra Incêndio, Informática e Serviços Ltda. CNPJ:37.148.798/0001-23
PR-DF	200.023	Pregão Eletrônico	Serviços de vigilância armada no edifício-sede da PR-DF e ESMPU	1.136.756,51	Não se aplica	Multserv – Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda. CNPJ:04.689.445/0001-81
PR-DF	200.023	Pregão Eletrônico	Serviços de recepcionistas	298.989,12	Não se aplica	Araújo Junqueira Ltda CNPJ:07.855.231/0001-26
PR-DF	200.023	Pregão Eletrônico	Fornecimento de café, água (com e sem gás), açúcar e adoçante	19.282,44	Não se aplica	Café Piracanjuba Comércio e Indústria Ltda. CNPJ:08.632.421/0001-47 Minágua Comércio e Distribuição de Bebidas

UJ	Código/UG	Modalidade da contratação	Objeto da contratação	Valor da contratação R\$	Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade	Identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ)
						Ltda. CNPJ:38.075.040/0001-75 Emílio Ramos Braga - ME CNPJ:09.352.448/0001-49 Jorge Alves Rodrigues Distribuidora de Alimentos - ME CNPJ: 04.119.118/0001-94
PR-DF	200.023	Pregão Eletrônico	Prestação de serviço de manutenção em aparelho detector de metal	4.320,00	Não se aplica	ITS Tecnologia e Serviços em Segurança LTDA-ME CNPJ:09.285.159/0001-74
PR-DF	200.023	Dispensa de Licitação	Aquisição de adaptadores PoE (Power over Ethernet)	7.641,60	Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93	Redisul Informática CNPJ:78.931.474/0004-97
PR-DF	200.023	Inexigibilidade	Assinatura da Lista de Autoridades Governamentais - LAG	7.800,00	Art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93	Tecserv Serviços Técnicos e locação de Mão-de-Obra Ltda. CNPJ:03.906.867/0001-07
PR-DF	200.023	Concorrência	Reforma do telhado do Edifício-Sede da Procuradoria da República no Distrito Federal – PR/DF	169.849,93	Não se aplica	MDI Engenharia Civil Ltda. CNPJ: 08.355.328/0001/32
PR-DF	200.023	Concorrência	Reforma da área central, 2º subsolo, sanitários privativos e revisão do SPDA – Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas do Edifício-Sede da Procuradoria da República no Distrito Federal – PR/DF	1.484.643,99	Não se aplica	Leibnitz Alexandre Mendes Carneiro - ME CNPJ:26.974.410/0001-27
PR-MA	200.078	Pregão	Locação de quatro máquinas copiadoras digitais e todo material necessário, exceto papel e operador.	34.200,00	Não se aplica	Copiar Center Ltda CNPJ:66.022.526/0001-80
PR-MA	200.078	Pregão	Serviço de vigilância	287884,68	Não se aplica	S H Vigilância e Segurança Ltda CNPJ: 11.029.232/0001-99
PR-MA	200.078	Pregão	Prestação de serviços de manutenção predial	177.000,00	Não se aplica	Lina Rosa Silva Pereira (Diacuy Serviços e Comércial) CNPJ: 86.850.971/0001-46
PR-MA	200.078	Inexigibilidade	Curso “Atualização na Língua Portuguesa”	9.000,00	Art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93	T. Alves Santos CNPJ: 05.622.045/0001-11
PR-MG	200.035	Pregão	Serviços de reprografia à sede da PR-MG	64.500,00	Não se aplica	GESET Comércio Assistência Técnica e Locações de Máquinas e Duplicadores Ltda CNPJ:03.914.523/0001-31
PR-MG	200.035	Pregão Eletrônico	Serviços de limpeza, conservação, jardinagem, portaria, copeiragem e garçom à sede da PR-MG e PRM's.	881.655,24	Não se aplica	Trevoservis Ltda CNPJ:05.296.914/0001-65
PR-MG	200.035	Dispensa	Serviços de vigilância à sede da PR-MG e PRM's.	2.021.618,88	Inciso XI do art. 24 da Lei nº 8.666/93	TBI Segurança Ltda CNPJ:05.296.914/0001-65
PR-MG	200.035	Pregão Eletrônico	Serviços de manutenção automotiva em geral, para atender os veículos oficiais da Procuradoria da República no Estado de	141721,95	Não se aplica	Tráfego Centro Automotivo e Comercial Ltda. CNPJ:03.202.854/0001-49

UJ	Código/UG	Modalidade da contratação	Objeto da contratação	Valor da contratação R\$	Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade	Identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ)
			Minas Gerais e PRM's.			
PR-MG	200.035	ARP	Aquisição de 20 notebooks.	79.600,00	Não se aplica	Torino Informática Ltda. CNPJ:03.619.767/0001-91
PR-MG	200.035	Dispensa	Curso de Novell Zenworks 11 Configuration Management Administration para 2 servidores.	5.000,00	Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93	Cerne Informática Ltda. CNPJ:02.339.850/0001-44
PR-MG	200.035	Inexigibilidade	Contratação de empresa especializada para realizar manutenção preventiva e corretiva da central telefônica, tipo PABX Digital Temporal NEC 2000 IPS, instalado na sede da Procuradoria da República de Minas Gerais	7.800,00	Art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93	NEC do Brasil S.A. CNPJ:49.074.412/0001-65
PR-PA	200.075	Pregão	Serviços de locação de máquinas reprográficas	89.113,32	Não se aplica	Locópia Comércio de Equipamentos Reprográficos Ltda CNPJ:08610363/0001-50
PR-PA	200.075	Pregão	Serviços de limpeza e conservação com fornecimento de material.	29.703,78	Não se aplica	T. B. Figueiredo Nunes – Engenharia Construção – ME CNPJ:10.450.194/0001-80
PR-PA	200.075	Pregão	Serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de equipamentos e sistemas prediais do edifício-sede e anexos I e II da PR/PA	495.425,76	Não se aplica	E. Santos Lima Vigilância e Segurança Ltda. CNPJ:03.257.467/0001-00
PR-PA	200.075	Pregão	Serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de equipamentos e sistemas prediais do edifício-sede e anexos I e II da PR/PA	96.000,00	Não se aplica	Araújo Abreu Engenharia Norte Ltda. CNPJ:33.543.374/0001-41
PR-PA	200.075	Pregão	Registro de preços para contratação de empresa especializada em prestação de serviços, sob demanda, de organização de eventos e serviços correlatos em Belém/PA.	1.250.000,00	Não se aplica	Idéia Agência de Comunicação Integrada Ltda.-ME CNPJ:00.802.826/0001-74
PR-PA	200.075	Dispensa	Serviços de instalação de rede lógica na PRM/ Santarém	7.808,90	Art. 24, inciso I, da Lei nº 8.666/93	Intelbam Construtora, Comércio e Serviços Ltda-ME CNPJ:83.661.066/0001-50
PR-PI	200.080	Pregão	Locação de quatro máquinas reprográficas nas sedes da PR/PI e PRM/Picos.	22.416,00	Não se aplica	MDAT Serviços e Representações Ltda. CNPJ:05.391.161/0001-77
PR-PI	200.080	Pregão	Serviços de limpeza e conservação, incluindo o fornecimento de todo o material de consumo na sede da PR/PI.	46.281,81	Não se aplica	Absoluta Ltda. CNPJ:10.820.620/0001-20
PR-PI	200.080	Pregão	Serviços de vigilância armada na sede da PR/PI.	43.800,00	Não se aplica	PIVSEG-Piauí Vigilância e Segurança Ltda. CNPJ:0.674.819/0001-98
PR-PI	200.080	Pregão	Prestação de serviços de vigilância armada na sede da Procuradoria da República no Município de Picos – PI	98280	Não se aplica	PIVSEG-Piauí Vigilância e Segurança Ltda. CNPJ:10.674.819/0001-98
PR-PI	200.080	Pregão	Prestação de serviços de copeiragem (item 1) e limpeza (item 2) nas dependências da Procuradoria da República no Município de Picos-PI.	33360	Não se aplica	Absoluta Ltda CNPJ:10.820.620/0001-20
PR-PI	200.080	ARP	Contratação de solução corporativa de conectividade sem fio, área de registro na cidade de Teresina-PI, para acesso à internet, correio eletrônico, mensagens de	40.395,60	Não se aplica	Consórcio Claro Americel CNPJ:40.432.544/0001-47

UJ	Código/UG	Modalidade da contratação	Objeto da contratação	Valor da contratação R\$	Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade	Identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ)
			texto, por meio de aparelhos móveis.			
PR-PI	200.080	ARP	Aquisição de equipamentos de informática (Nobreak)	11.019,00	Não se aplica	SMS Tecnologia Eletrônica Ltda. CNPJ:48.715.759/0001-87
PR-PI	200.080	Dispensa	Curso de treinamento em Contratação Direta por Dispensa, Inexigibilidade e Sistema de Registro de Preços.	7.180,00	Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93	NP Eventos e Serviços Ltda. CNPJ:07.797.967/0001-95
PR-PI	200.080	Dispensa	Aquisição de uniformes para os Técnicos de Apoio Especializado/Transporte da PR/PI.	7.937,60	Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93	Claudino S.A Lojas de Departamentos CNPJ:06.862/627/0001-38
PR-PI	200.080	Dispensa	Remoção e montagem de divisórias para reestruturação do layout de setores da PR/PI.	3.160,00	Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93	Fundasolo Engenharia Ltda CNPJ: 11.417.076/0001-33
PR-PI	200.080	Concorrência	Contratação de empresa especializada para execução das obras de edificação da 2ª etapa do edifício-sede da PR/PI.	15.035.015,74	Não se aplica	Macrobase Engenharia e Comércio de Serviços Ltda. CNPJ:04.489.620/0001-97
PR-PI	200.080	Tomada de Preços	Contratação de empresa para prestação dos serviços de construção de galeria de águas pluviais no terreno onde está sendo erguido o edifício-sede da Procuradoria da República no Estado do Piauí.	350919,6	Não se aplica	Construtora AB Ltda. CNPJ:08.349.327/0001-85
PR-PR	200.053	Pregão	Serviços de copeira e auxiliar de serviços gerais.	602224,08	Não se aplica	Executiva Serviços Patrimoniais Ltda. CNPJ:06.156.739/0001-73
PR-PR	200.053	Pregão Eletrônico	Serviços de limpeza, conservação e higienização nas PRMs de Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Pato Branco e União da Vitória.	126387,08	Não se aplica	Recrutare Administração e Serviços Ltda. CNPJ:08.629.207/0001-31
PR-PR	200.053	Pregão Eletrônico	Prestação de serviços de vigilância armada para a sede e PRMs	2012390,4	Não se aplica	Palotina Oeste Segurança Privada Ltda. CNPJ:05.948.378/0001-35
PR-PR	200.053	Pregão Eletrônico	Serviços <i>outsourcing</i> de impressão corporativa para atender as necessidades de impressão, cópia, digitalização e fax para o edifício-sede e PRMs.	155.496,00	Não se aplica	H. Print Reprografia e Automação de Escritórios Ltda. CNPJ:00.831.964/0002-62
PR-PR	200.053	ARP	Prestação de serviços de locação de espaço físico, equipamentos e infraestrutura de apoio à organização para realização do evento V Seminário de Planejamento Estratégico do MPF	227809,24	Não se aplica	Premier Eventos Ltda. CNPJ:03.118.191/0001-89
PR-PR	200.053	ARP	Aquisição de 220 microcomputadores HP Compaq 6005 Pro Business PC.	446.160,00	Não se aplica	Hewlett Packard Brasil Ltda. CNPJ:61.797.924/0001-55
PR-PR	200.053	Dispensa	Execução de obras/serviços de reforma e ampliação de ambientes do edifício-sede da Procuradoria da República no Município de Cascavel/PR, incluso o fornecimento total dos materiais e equipamentos necessários.	72290,61	Art. 24, inciso V da Lei nº 8.666/93	B4 Construções Civis Ltda. CNPJ:06.985.805/0001-18
PR-PR	200.053	Inexigibilidade	Participação de servidores no evento "Seminário Nacional 2011 – Prática de Auditoria, Gerenciamento e Fiscalização de Terceirização na Administração Pública".	6.723,00	Art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93	Mendes & Lopes Pesquisa, Treinamento e Eventos Ltda. CNPJ:07.777.721/0001-51
PR-PR	200.053	Tomada de Preços	Reforma do <i>hall</i> de entrada do edifício-sede da Procuradoria da República no Estado do Paraná, com fornecimento total dos materiais e mão-de-obra.	515.493,50	Não se aplica	Ribeiro Lafis Construções Ltda. CNPJ:10.175.819/0001-43

UJ	Código/UG	Modalidade da contratação	Objeto da contratação	Valor da contratação RS	Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade	Identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ)
PR-PR	200.053	Tomada de Preços	Serviços de instalação de CFTV, controle de acesso e alarme patrimonial	1038082,66	Não se aplica	Instalarme Soluções Eletrônicas Ltda. CNPJ: 46.699.211/0001-65
PR-RJ	200.043	Pregão	Serviços de segurança patrimonial ostensiva, com vigilância armada e desarmada, com integração de vigilância eletrônica.	2464301,52	Não se aplica	VIGBAN - Empresa de Vigilância Bancária, Comercial e Industrial Ltda. CNPJ:33.746.207/0001-69
PR-RJ	200.043	Pregão	Locação de 25 máquinas copiadoras digitais, com fornecimento de papéis, e operador para atender duas máquinas alugadas.	230435,64	Não se aplica	Vicma Comércio de Equipamentos para Escritório Ltda. - EPP CNPJ:05.630.085/0001-05
PR-RJ	200.043	Pregão	Serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene pessoal e equipamentos	694.800,00	Não se aplica	GRAUPP - Conservadora Ltda. CNPJ:10.413.205/0001-52
PR-RJ	200.043	Pregão Eletrônico	Serviços de apoio administrativo, incluindo transporte de mobiliário e lavagem de veículos oficiais, para atender à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro e às Procuradorias da República de Municípios jurisdicionados à PR-RJ.	429.309,72	Não se aplica	S.H Service Ltda.-ME CNPJ: 07.841.887/0001-90
PR-RJ	200.043	Pregão Eletrônico	Serviços de recepcionistas e manobrista para atender à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro R/RJ.	284313,12	Não se aplica	Skyservice Locação de Mão-de-Obra Ltda. CNPJ:04.271.959/0001-12 S.H. Service Ltda. ME CNPJ:07.841.887/0001-90
PR-RJ	200.043	Pregão Eletrônico	Serviços continuados de segurança patrimonial ostensiva com vigilância orgânica armada e desarmada para atender à Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro e às Procuradorias da República de Municípios jurisdicionados à PR-RJ.	2200536,06	Não se aplica	Locanty Segurança e Vigilância Ltda. CNPJ: 07.841.887/0001-90
PR-RJ	200.043	Pregão Eletrônico com Registro de Preços	Aquisição de material de processamento de dados para atender à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.	298417,4	Não se aplica	BH INK Tonner Serviços e Comércio Ltda. CNPJ:06.373.876/0001-60 Golden Distribuidora Ltda. CNPJ:04.196.935/0002-27 MPT Fios e Cabos Especiais Ltda. CNPJ:74.531.997/0001-42 Microsens Ltda. CNPJ:78.126.950/0001-54
PR-RJ	200.043	Pregão Eletrônico	Contratação de empresa especializada no fornecimento, armazenamento e aplicação de vacinas antigripais na quantidade máxima estimada de 360 doses, devendo serem aplicadas na Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro (300 doses) e nas PRMs de Niterói (30 doses) e São João do Meriti (30 doses).	9.360,00	Não se aplica	SANOFI Aventis Comercial e Logística Ltda. CNPJ:13.094.578/0001-04
PR-RJ	200.043	ARP	Aquisição de três veículos oficiais modelo perua (station wagon), marca Renault e Toyota	428.100,00	Não se aplica	Toyota do Brasil Ltda. CNPJ:59.104.760/0005-15 Renault do Brasil Ltda. CNPJ:00.913.443/0001-73
PR-RJ	200.043	ARP	Aquisição de três servidores de rede	72.744,00	Não se aplica	LTA - RH Informática Comércio, Representações Ltda. CNPJ:94.316.916/0003-60

UJ	Código/UG	Modalidade da contratação	Objeto da contratação	Valor da contratação R\$	Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade	Identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ)
PR-RJ	200.043	Dispensa	Serviços de apoio administrativo (auxiliar de serviços gerais), inclusive para transporte de mobiliário e lavagem de veículos oficiais	317.212,18	Artigo 24, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993	LC Empreendimentos e Serviços Ltda.-ME. CNPJ: 04.999.113/0001-01
PR-RJ	200.043	Dispensa	Serviços de instalação, configuração e treinamento para a operacionalização dos equipamentos de central telefônica do tipo PABX, modelo hipath, nas PRMs instaladas no Estado do Rio de Janeiro.	55.669,99	Art. 24, inciso VII, da Lei nº 8.666/1993	Siemens Enteprise Communications - TECNOLOG. CNPJ:67.071.001/0001-06
PR-RJ	200.043	Tomada de Preços	Serviço de adaptação do imóvel para a instalação da PRM Petrópolis/RJ	133.267,57	Não se aplica	Granrio Engenharia Ltda. EPP CNPJ: 03.611.715/0001-79
PR-RO	200.046	Pregão	Serviços de Telefonista/Recepcionista na sede da PR-RO	39.903,84	Não se aplica	Eletroporto Serviços Ltda CNPJ:04.844.192/0001-73
PR-RO	200.046	Pregão	Prestação de Serviços de Vigilância Armada na Sede da PR-RO e na PRM de Ji-Paraná	239.841,48	Não se aplica	Transorte Vigilância & Segurança Ltda CNPJ:05562593/0001-01
PR-RO	200.046	Pregão Eletrônico	Serviços reprográficos simples, coloridas, projetos arquitetônicos, encadernações e serviços de plotagens, com material e mão-de-obra incluso, para a Sede da PR-RO (Lote 1).	50.403,96	Não se aplica	A. B. de Albuquerque - ME CNPJ:01.402.545/0001-97
PR-RO	200.046	ARP	Aquisição suprimentos de informática (cartuchos de tinta e toners)	21.849,70	Não se aplica	Microinfo Papelaria e Informática CNPJ:07.322.299/0001-40 Port Distribuidora de Informática e Papelaria CNPJ:08.228.010/0001-90 Inforshop Suprimentos Ltda CNPJ:56.215.999/0012-01
PR-RO	200.046	Dispensa	Serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material, nas dependências da Sede da PR-RO.	43.774,80	Art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/93	Eletroporto Serviços Ltda CNPJ:04.844.192/0001-73
PR-RO	200.046	Dispensa	Fornecimento e instalação de portas em Eucatex (para os setores de Almoxarifado e Depósito)	680,00	Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93	Sonda & Souza Comércio e Serviços Ltda - ME CNPJ:03.416.350/0001-21
PR-RS	200.061	Pregão	Serviços de Locação e Manutenção de Equipamentos multifuncionais.	0,00	Não se aplica	Copybras-Copiadora do Brasil Ltda. CNPJ:02.446.694/0001-10
PR-RS	200.061	Pregão Eletrônico	Prestação de serviços de limpeza nas PRMs de Cachoeira do Sul, Canoas, Cruz Alta, Lajeado, Santa Cruz do Sul (Contrato nº 10/2011) e serviços de limpeza, ascensorista, telefonista, copeira e garçom para a Sede (Contrato nº 15/2011).	118.475,40 e 405.587,88	Não se aplica	VGT Serviços e Segurança Ltda (Contrato 10/2011) CNPJ:09.463.158/0001-72 Potenza Empresa de Trabalho Temporário Ltda. CNPJ:08.543.708/0001-09 (contrato 15/2011)
PR-RS	200.061	Pregão	Serviços de limpeza, conservação e higienização a serem realizados nas unidades da PR/RS identificadas no Quadro I – Termo de Referência ( Cachoeira do Sul, Canoas, Cruz Alta, Lajeado, Santa Cruz do Sul).	118.475,40	Não se aplica	VGT Serviços e Segurança Ltda CNPJ:09.463.158/0001-72
PR-RS	200.061	Pregão	Serviços de limpeza, conservação, higienização e postos de ascensorista, telefonista, copeira e garçom para o edifício-sede da Procuradoria da República em Porto Alegre incluindo os materiais e equipamentos necessários para a prestação dos referidos serviços	405.587,88	Não se aplica	Potenza Empresa de Trabalho Temporário Ltda CNPJ:08.543.708/0001-09

UJ	Código/UG	Modalidade da contratação	Objeto da contratação	Valor da contratação R\$	Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade	Identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ)
PR-RS	200.061	ARP	Aquisição de 14 estantes rack - armazenagem/vertical e 18 fontes de alimentação ininterrupta (no-breaks)	180897,42	Não se aplica	Microsol Tecnologia S/A CNPJ:07.108.509/0001-00
PR-RS	200.061	Dispensa de Licitação	Prestação de serviços de vigilância armada no edifício sede da PR/RS e nas PRM's de Bagé, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Pelotas e Santa Cruz do Sul.	162161,94	Art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93	Vigitec Segurança Ltda CNPJ:03.144.992/0001-19
PR-RS	200.061	Dispensa de Licitação	Apólice de seguro para bens móveis e imóveis (próprios e alugados) da PR/RS.	7.999,00	Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93	Tokio Marine Seguradora S.A. CNPJ:60.831.344/0001-74
PR-RS	200.061	Inexigibilidade	Renovação de assinatura de revistas especializadas	23.804,00	Art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93	Editora Revista dos Tribunais Ltda. CNPJ:60.501.293/0001-12
PR-SC	200.058	Pregão	Serviços de limpeza e conservação, copeiragem, recepção e de suporte operacional (eletricista e manutenção predial) e apoio administrativo nas dependências do Ed. Sede da PR/SC	354.014,16	Não se aplica	Proserv Assessoria e Consultoria de Pessoal CNPJ:79.488.482/0001-20
PR-SC	200.058	Pregão	Serviços de vigilância armada no edifício-sede e anexo da PR/SC	0,00	Não se aplica	Sul Brasil Segurança Privada Ltda. CNPJ:05.449.286/0001-00
PR-SC	200.058	Pregão	Serviços de vigilância armada nas áreas situadas no quadrilátero entre a Avenida Hercílio Luz, Avenida Gustavo Richard, Rua Procurador Abelardo Gomes e Avenida Paulo Fontes, no município de Florianópolis, pertencente à PR/SC	204.570,00	Não se aplica	Mobra Serviços de Vigilância Ltda. CNPJ:87.134.086/0002-04
PR-SC	200.058	Pregão	Serviços de limpeza e conservação nas Procuradorias da República nos municípios de Blumenau, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra e Rio do Sul.	0,00	Não se aplica	JR Limpeza e Serviços Especiais Ltda.-ME CNPJ: 10.339.552/0001-82
PR-SC	200.058	Pregão	Serviços de assistência técnica e fornecimento de todas as peças, partes ou componentes, necessários, bem como de todo o suprimento necessário, exceto o papel destinado à extração de cópias e a mão de obra para operação de equipamentos.	17.856,00	Não se aplica	José Vicente Martins-ME CNPJ:83.418.467/0001-83
PR-SC	200.058	Pregão	Prestação de serviços de vigilância armada nas dependências das Procuradorias da República nos municípios de Blumenau, Mafra, Jaraguá do Sul e Rio do Sul.	493.143,48	Não se aplica	Adservig Vigilância Ltda.-ME CNPJ: 05.497.780/0001-40
PR-SC	200.058	Dispensa	Aquisição e instalação de portão de ferro e telas para alambrados para atender as necessidades da PR/SC e das PRMs de Criciúma e Itajaí.	22.593,00	Art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93	Tela-Art Indústria e Comércio de telas e Serralheira Ltda. CNPJ:03.267.511/0001-62
PR-SC	200.058	Inexigibilidade	Contratação de curso online de Direito Processual Penal para 29 servidores da PR/SC.	15.776,00	Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93	Fundação Gétúlio Vargas CNPJ:33.641.663/0001-44
PR-SP	200.049	Pregão	Fornecimento e instalação de sistema de iluminação da nova sede da PR/SP	2.173.405,00	Não se aplica	2N Engenharia Ltda. CNPJ:00.346.953/0001-06
PR-SP	200.049	Pregão	Serviços de limpeza e copeiragem para 21 PRMs, com fornecimento de materiais.	1.241.703,60	Não se aplica	Arcolimp Serviços Gerais Ltda. CNPJ:05.576.482/0001-46

UJ	Código/UG	Modalidade da contratação	Objeto da contratação	Valor da contratação R\$	Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade	Identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ)
PR-SP	200.049	Pregão	Serviços de locação de máquinas reprográficas, incluindo manutenção técnica preventiva e corretiva e fornecimento de todas as peças, partes ou componentes necessários, bem como de todo o material de consumo, exceto papel.	86.160,00 + 13.728,00 + 62.280,00 = 162.168,00	Não se aplica	Canon do Brasil Indústria e Comércio Ltda CNPJ:46.266.771/0001-26 Mactron Comércio de Equipamentos para escritório Ltda CNPJ:51.360.899/0001-94 Reis Office Products Serviços Ltda. CNPJ:07.337.935/0001-07
PR-SP	200.049	Pregão	Serviços de vigilância armada, desarmada para as unidades da PR/SP, localizadas nas PRMs.	5.028.398,88	Não se aplica	Copseg Segurança e Vigilância Ltda. CNPJ:03.038.653/0001-58
PR-SP	200.049	Inexigibilidade	Serviços técnicos profissionais especializados para o acompanhamento do projeto de reforma, da licitação, da fiscalização das obras, e da implantação de sistemas de manutenção predial para a nova sede da PR/SP.	193.200,00	Art. 25, inciso II, c/c art.13, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/93	Rubens Francisco Polônio CPF: 448.571.368-72
PR-SP	200.049	Inexigibilidade	Prestação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria em informática	163.080,00	Art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93	Tiago Bortoletto Vaz CPF: 800.746.775-00
PR-SP	200.049	Concorrência	Contratação de empresa de engenharia para execução de obras de reforma – Etapa 3 do novo edifício-sede da PR/SP.	5.015.964,50	Não se aplica	2N Engenharia Ltda. CNPJ:00.346.953/0001-06
PR-SP	200.049	Tomada de Preços	Contratação de empresa de engenharia para a execução de obras de reforma (Etapa 2) da Procuradoria da República no Município de Bauru	908.154,46	Não se aplica	Walp – Construções e Comércio Ltda CNPJ:02.746.719/0001-00
PR-TO	200.201	Pregão Eletrônico	Serviço de limpeza e conservação, copeiragem, garçom e recepcionista na sede de PR/TO.	186425,28	Não se aplica	Seiton – Serviços Profissionais de Conservação e Limpeza - ME CNPJ:10.295.964/0001-68
PR-TO	200.201	Pregão Eletrônico	Serviços de natureza continuada de vigilância armada na sede da PR/TO.	302.599,44	Não se aplica	Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. CNPJ:31.546.484/0005-26
PR-TO	200.201	ARP	Serviços de fotocópias/impressões, com fornecimento de máquinas, suprimentos, peças de reposição e manutenção preventiva e corretiva.	50.400,00	Não se aplica	Copy System – Comércio de Copiadores Ltda. CNPJ:02.336.168/0001-06
PR-TO	200.201	ARP	Aquisição de 16 Patch Panel de 48 portas Categoria 6	6.560,00	Não se aplica	PHD Comércio e Licitações Ltda. CNPJ:10.828.286/0001-51
PR-TO	200.201	Dispensa	Serviços de transferência de central telefônica digital da antiga para a nova sede da PR/TO, com utilização de materiais.	3.005,00	Art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/93	Vaicom Comércio e Serviços de Informática e Comunicação Ltda. CNPJ: 11.696.318/0001-03
PR-TO	200.201	Inexigibilidade	Serviço de revisão de 70.000 km do veículo Nissan Frontier.	4.879,98	Art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93	Manara Comércio de Veículos Automotores Ltda. CNPJ:08.888.731/0001-27

**11. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO USO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL**

Verificamos que as seguintes unidades gestoras do MPF utilizam Cartão de Pagamentos do Governo Federal: Secretaria de Administração do MPF, Procuradorias Regionais da República da 1ª a 5ª Região, Procuradorias da República do Distrito Federal e dos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Conforme avaliação, por amostragem, da regularidade dos processos quanto ao uso dos cartões de pagamento do Governo Federal pelo MPF, não foram encontradas inconsistências das informações prestadas, estando a instituição e a utilização dos cartões de pagamento em conformidade com as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008, contendo adequada estrutura de controles internos administrativos.

**12. AVALIAÇÃO DOS REGISTROS DE PASSIVOS**

Para tornar efetiva a determinação do item 11 do Anexo III da Decisão Normativa TCU Nº 117, de 19 de outubro de 2011, procedemos à análise dos registros de passivos sem previsão orçamentária de créditos ou de recursos orçamentários, quanto aos aspectos da análise histórica dos registros ocorridos nas contas pertinentes no exercício em análise, bem como da capacidade da Unidade de intervir previamente sobre as causas do registro do passivo nessas condições, verificando-se que não há registros que demonstrem tal ocorrência.

**13. AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DA MANUTENÇÃO DO REGISTRO DE VALORES EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

Neste item, avaliamos a conformidade da manutenção do registro de restos a pagar não processados com o disposto no artigo 35 do Decreto 93.872/86 e do artigo 1º, inciso II e artigo 4º do Decreto 7.468/2011, com base nas consultas efetuadas no SIGPlan e no SIAFI Gerencial quanto à execução orçamentária em face do que dispõe o art. 68:

E no art. 68, atualizado pelo Decreto nº 7.654/2011, estabelece que:

Art. 68. A inscrição de despesas como restos a pagar no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho depende da observância das condições estabelecidas neste Decreto para empenho e liquidação da despesa.

§ 1º A inscrição prevista no *caput* como restos a pagar não processados fica condicionada à indicação pelo ordenador de despesas.

§ 2º Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua

inscrição, ressalvado o disposto no § 3º.

§ 3º Permanecem válidos, após a data estabelecida no § 2º, os restos a pagar não processados que:

I - refiram-se às despesas executadas diretamente pelos órgãos e entidades da União ou mediante transferência ou descentralização aos Estados, Distrito Federal e Municípios, com execução iniciada até a data prevista no § 2º; ou

II - sejam relativos às despesas:

a) do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC;

b) do Ministério da Saúde; ou

c) do Ministério da Educação financiadas com recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

§ 4º Considera-se como execução iniciada para efeito do inciso I do § 3º:

I - nos casos de aquisição de bens, a despesa verificada pela quantidade parcial entregue, atestada e aferida; e

II - nos casos de realização de serviços e obras, a despesa verificada pela realização parcial com a medição correspondente atestada e aferida.

§ 5º Para fins de cumprimento do disposto no § 2º, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda efetuará, na data prevista no referido parágrafo, o bloqueio dos saldos dos restos a pagar não processados e não liquidados, em conta contábil específica no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

§ 6º As unidades gestoras executoras responsáveis pelos empenhos bloqueados providenciarão os referidos desbloqueios que atendam ao disposto nos §§ 3º, inciso I, e 4º para serem utilizados, devendo a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda providenciar o posterior cancelamento no SIAFI dos saldos que permanecerem bloqueados.

§ 7º Os Ministros de Estado, os titulares de órgãos da Presidência da República, os dirigentes de órgãos setoriais dos Sistemas Federais de Planejamento, de Orçamento e de Administração Financeira e os ordenadores de despesas são responsáveis, no que lhes couber, pelo cumprimento do disposto neste artigo.

Ademais o Decreto n.º 7.468, de 28 de abril de 2011, que mantém a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 que especifica, altera o parágrafo único do artigo 68 do Decreto n.º 93.872/86 e dá outras providências, assim estabelece em seu artigo 1º, inciso II e artigo 4º:

Art. 1º Permanecem válidos, após 30 de abril de 2011, os empenhos de restos a pagar não processados das despesas inscritas nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 que atendam as seguintes condições:  
(...)

II - empenhos dos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 que se refiram às despesas executadas diretamente pelos órgãos e entidades do Governo Federal, **com execução iniciada até 30 de abril de 2011**; (Grifo nosso)

(...)

Art. 4º Para fins de cumprimento do disposto neste Decreto, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, observadas as condições e os prazos estabelecidos no art. 1º deste Decreto, realizará o **bloqueio dos saldos dos restos a pagar não processados e não liquidados**, em conta contábil específica no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. (Grifo nosso)

Segue abaixo quadro referente à situação dos restos a pagar processados e não processados de exercícios anteriores:

RS 1,00

Restos a Pagar Processados					
Exercício de Inscrição	Montante Inscrito	Liquidação de Emp. Não Processados(Liquidados a Pagar )	Cancelamentos acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2008	682.813,00	2.153.427,00	-8.613,24	1.838.328,00	995.820,00
2009	706.589,00	102.103,00	-30,00	791.711,00	16.950,00
2010	2.079.152,00	-	-3.869,00	2.065.184,00	10.097,00
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Liquidação de Emp. Não Processados(Liquidados a Pagar )	Cancelamentos acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2008	108.363.468,00	-2.153.427,00	-11.735.881,00	93.852.857,00	621.302,00
2009	92.303.671,00	-102.103,00	-10.985.595,00	80.123.660,00	1.092.312,00
2010	156.737.732	-	-42.913.151,00	101.821.114,00	12.003.466,00

A Unidade consolidadora das contas justificou no relatório de gestão que a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro nos seguintes termos:

“É procedimento padrão das Unidades Gestoras executoras deste MPF consultar os Gestores de Contratos acerca do não pagamento de algumas despesas Inscritas em Restos a Pagar não executados no exercício seguinte, e quando trata-se de empenho estimativo, na maioria das vezes é anulado o saldo remanescente, porém alguns empenhos normalmente ordinário (sic), permanecem e são reinscritos, alegando o gestor que há interesse em se executar os serviços para os quais foi empenhada a despesa, o que não tem acarretado à instituição nenhum prejuízo financeiro, nem quanto ao bem a ser adquirido.”

#### 14. AVALIAÇÃO DAS IRREGULARIDADES QUE RESULTARAM EM DANO OU PREJUÍZO AO ERÁRIO

Nos trabalhos de auditoria realizados sobre as contas do MPF do exercício de 2011, não foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao Erário.



**15. AVALIAÇÃO DAS FALHAS E IRREGULARIDADES QUE NÃO CAUSARAM DANO OU PREJUÍZO AO ERÁRIO**

As falhas e irregularidades detectadas nos trabalhos de auditoria realizados sobre as contas em exame foram objeto de recomendação aos dirigentes, que encaminharam à AUDIN/MPU informações quanto à implementação ou justificativa, para correção das falhas indicadas, sendo, na maioria dos casos, confirmada por este órgão de Controle Interno a implementação das medidas recomendadas, as quais foram consideradas satisfatórias.

**16 AVALIAÇÃO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI 8.730/1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS**

Conforme observado nos trabalhos de auditoria, verificamos constar documentos comprobatórios da entrega das declarações de bens e rendas dos servidores e membros obrigados ao cumprimento das disposições estabelecidas na Lei nº 8.730/93, de 10 de novembro de 1993, e, ainda, no item 8 do Anexo II, Parte A, da DN TCU nº 108/2010 e orientações dispostas na Portaria TCU nº 123/2011. Posteriormente, no Relatório de Gestão encaminhado pela UJ, verificamos informação quanto à existência de algumas autoridades e servidores ocupantes de função de confiança/cargo em comissão que não cumpriram com a obrigação de entregar a declaração de bens e rendas.

Quanto aos controles existentes na UJ, constatamos no exercício de 2011 que a entrega, tramitação e guarda da declaração de bens e rendas no âmbito do MPF foi regulamentada pela Portaria PGR/MPF nº 185/2010, prevendo a entrega por forma eletrônica pelo sistema GPS/Hórus ou facultativamente por cópia assinada, incluindo o recibo de entrega, aos que optarem por utilizar o formulário em papel disponibilizado pela SRFB. De acordo com essa norma, no caso dos servidores, a obrigação recai somente sobre aqueles que no exercício anterior tenham exercido função/cargo de confiança e seus respectivos substitutos, tendo sido essa norma alterada pela Portaria PGR/MPU nº 74/2012, que passou a exigir de todos os membros e servidores (quadro/requisitado/sem vínculo) a obrigação de entrega.

**17 AVALIAÇÃO OBJETIVA DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA ENTIDADE**

Em cumprimento ao disposto no item 17 do Anexo III da Decisão Normativa TCU Nº 117, de 19 de outubro de 2011, procedemos à avaliação sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ.

Observa-se que o estado de conservação dos imóveis, em média, é adequado, sendo que a estrutura de pessoal é suficiente para a gestão de bens imóveis sobre responsabilidade da UJ.

A distribuição espacial dos imóveis de uso especial de propriedade da União pelas unidades do MPF está expressa na tabela abaixo:

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Quantidade de Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	
	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
<b>UF: DF</b>	13	13
<b>UF: AC</b>	3	3
Rio Branco	3	3
<b>UF: AL</b>	2	2
Arapiraca	1	1
Maceió	1	1
<b>UF: AP</b>	4	4
Macapá	4	4
<b>UF: AM</b>	4	4
Manaus	3	3
Tabatinga	1	1
<b>UF: BA</b>	6	6
Salvador	2	3
Feira de Santana	1	1
Ilhéus	2	1
Vitória da Conquista	1	1
<b>UF: CE</b>	5	5
Fortaleza	3	3
Sobral	2	2
<b>UF: ES</b>	2	2
Vitória	1	1
Linhares	1	1
<b>UF: GO</b>	1	1
Goiânia	1	1
<b>UF: MA</b>	2	2
São Luís	1	1
<b>UF: MT</b>	3	3
Cuiabá	1	1
Cáceres	1	1
Sinop	1	1

JP

62/73

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Quantidade de Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	
	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
<b>UF: MS</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
Campo Grande	1	1
Corumbá	1	1
Ponta Porá	1	1
Três Lagoas	1	1
<b>UF: MG</b>	<b>10</b>	<b>7</b>
Belo Horizonte	1	1
Divinópolis	1	0
Governador Valadares	0	0
Ipatinga	1	1
Juiz de Fora	0	0
Montes Claros	1	1
Passos (lote sem construção)	1	1
Patos de Minas	1	1
Pouso Alegre	1	0
São João Del Rei	1	0
Sete Lagoas	0	0
Uberaba	1	1
Uberlândia	1	1
Varginha	0	0
<b>UF: PA</b>	<b>13</b>	<b>13</b>
Belém	11	11
Marabá	1	1
Santarém	1	1
<b>UF: PR</b>	<b>9</b>	<b>8</b>
Curitiba	3	3
Londrina	1	1
Foz do Iguaçu	1	1
Paranaguá	1	1
Maringá	1	1
Ponta Grossa	1	0
Jacarezinho	1	1
<b>UF: PB</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
João Pessoa	2	3
Campina Grande	1	1

*Handwritten signature*

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Quantidade de Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	
	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
Sousa	1	1
<b>UF: PE</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
Recife	1	1
Recife - PRR5	1	1
Caruaru	1	1
Garanhuns	2	1
Serra Talhada	1	1
Petrolina	1	2
<b>UF: PI</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Picos	1	1
<b>UF: RJ</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
Rio de Janeiro	3	4
Rio de Janeiro - PRR2	3	3
Campos dos Goitacazes	1	0
<b>UF: RN</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
Natal	2	1
<b>UF: RS</b>	<b>11</b>	<b>11</b>
Porto Alegre	5	5
Porto Alegre - PRR4	2	2
Caxias do Sul	1	1
Santa Rosa	1	1
Cruz Alta	1	1
Pelotas	1	1
<b>UF: RO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Porto Velho	1	1
<b>UF: RR</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
Boa Vista	2	1
Caracaraí	1	1
<b>UF: SP</b>	<b>29</b>	<b>29</b>
São Paulo	3	3
São Paulo - PRR3	2	2
Araçatuba	1	1
Araraquara	1	1
Bauru	15	15
Bragança Paulista	1	1
Campinas	1	1

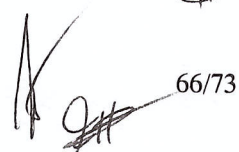
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Quantidade de Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	
	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
Guaratinguetá	1	1
Jaú	1	1
Marília	1	1
Santos	1	1
Sorocaba	1	1
<b>UF: SC</b>	<b>11</b>	<b>10</b>
Florianópolis	2	2
Chapecó	1	1
Itajaí	1	1
Jaraguá do Sul	1	1
Joinville	5	4
Lages	1	1
<b>UF: SE</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Aracajú	1	1
<b>UF: TO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Palmas	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>159</b>	<b>153</b>

A reavaliação periódica dos imóveis está atualizada e a unidade insere corretamente e tempestivamente as informações no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, à exceção da Procuradoria da República em Minas Gerais (PR-MG), que não possui todos os imóveis sobre sua responsabilidade registrados no referido sistema.

A distribuição espacial dos imóveis locados de terceiros sobre responsabilidade da UJ está expressa na tabela abaixo:

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
<b>UF: DF</b>	1	0
Brasília - PGR	1	0
<b>UF: AC</b>	1	1
Rio Branco	1	1
<b>UF: AL</b>	2	2
Maceió	2	2
<b>UF: BA</b>	6	6

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
Feira de Santana	1	1
Vitória da Conquista	0	1
Barreiras	1	1
Jequié	1	1
Guanambi	1	1
Campo Formoso	1	0
Eunápolis	1	1
<b>UF: CE</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
Limoeiro do Norte	1	1
Juazeiro do Norte	1	1
Sobral	2	2
<b>UF: ES</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
Cachoeiro de Itapemirim	1	1
Colatina	1	1
São Mateus	1	1
<b>UF: GO</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Anápolis	1	1
Rio Verde	1	1
<b>UF: MA</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
São Luís	2	2
Imperatriz	1	1
Caxias	1	1
<b>UF: MT</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Cuiabá	1	1
<b>UF: MS</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Dourados	1	1
<b>UF: MG</b>	<b>17</b>	<b>17</b>
Belo Horizonte	0	0
Divinópolis	1	1
Governador Valadares	1	1
Ipatinga	0	0
Juiz de Fora (salas comerciais)	4	4
Montes Claros	0	1
Passos	2	1
Patos de Minas (salas comerciais)	4	4

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
Pouso Alegre	1	1
São João Del Rei	1	1
Sete Lagoas	1	1
Uberaba	0	0
Uberlândia	1	1
Varginha	1	1
<b>UF: PA</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
Belém	1	1
Altamira	1	1
Marabá	1	1
Santarém	1	1
<b>UF: PR</b>	<b>23</b>	<b>21</b>
Apucarana	1	1
Campo Mourão	4	4
Francisco Beltrão	1	1
Foz do Iguaçu	1	1
Guarapuava	2	2
Londrina	2	1
Paranaguá	4	4
Paranavaí	1	1
Pato Branco	3	2
Ponta Grossa	1	1
Umuarama	1	1
União da Vitória	1	1
<b>UF: PB</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Campina Grande	1	1
<b>UF: PE</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Caruaru	1	1
Serra Talhada	1	1
Petrolina	0	1
<b>UF: RJ</b>	<b>12</b>	<b>12</b>
Angra dos Reis	1	1
Campos dos Goitacazes	1	1
Itaperuna	1	1
Macaé	1	1
Nova Friburgo	1	1

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
Niterói	1	1
Petrópolis	2	2
São João de Meriti	1	1
São Pedro da Aldeia	1	1
Teresópolis	1	1
Volta Redonda	1	1
<b>UF: RN</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
Natal	2	1
Mossoró	0	0
Caicó	0	0
<b>UF: RS</b>	<b>24</b>	<b>27</b>
Bagé	4	4
Bento Gonçalves	1	1
Cachoeira do Sul	1	1
Canoas	2	2
Caxias do Sul	1	1
Cruz Alta	1	1
Erechim	2	1
Lajeado	1	1
Novo Hamburgo	1	1
Passo Fundo	1	1
Pelotas	1	1
Rio Grande	3	1
Santa Cruz do Sul	1	1
Santa Maria	1	6
Santa Rosa	0	1
Santana do Livramento	1	1
Santo Angelo	1	1
Uruguaiana	1	1
<b>UF: RO</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Porto Velho	1	1
Ji-Paraná	1	1
<b>UF: RR</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Boa Vista	1	1
<b>UF: SC</b>	<b>23</b>	<b>21</b>
Florianópolis	4	4

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
Caçador	1	1
Concórdia	1	1
Criciúma	5	5
Itajaí	3	2
Joaçaba	3	3
Joinville	2	1
Mafra	1	1
Rio do Sul	1	1
São Miguel do Oeste	1	1
Tubarão	1	1
UF: SE	3	3
Aracaju	3	3
<b>TOTAL</b>	<b>135</b>	<b>123</b>

Foi verificada, por amostragem, a adequação dos processos de locação de imóveis sobre a responsabilidade da UJ, sendo que os preços praticados estão de acordo com os praticados no mercado.

**18 AVALIAÇÃO DA GESTÃO SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS**

Não se aplica ao MPF.

**19 OUTRAS SITUAÇÕES NÃO CONTEMPLADAS NOS DEMAIS ITENS DESTES RELATÓRIO**

**19.1 CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TCU**

Em cumprimento ao disposto no item 19 da Parte A do Anexo III da Decisão Normativa TCU nº 117, de 19/10/2011, bem assim as determinações efetuadas por aquela Corte às unidades gestoras que foram de conhecimento deste Controle Interno, procedemos à análise das informações das providências adotadas e justificativas apresentadas, cujas informações estão a seguir:

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA**

**Contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância nas dependências da**

## PR/RR

Em 06/01/2009 foi celebrado o Contrato nº 01/2009, assinado com a empresa Union Security Serviços de Segurança e Transporte de Valores Ltda., objetivando a prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, nas dependências da PR/RR.

A Procuradoria da República no Estado de Roraima foi notificada pelo Tribunal de Contas da União, mediante o Ofício nº 727/2009-TCU/SECEX-RR, de 26/08/2009, a respeito da incidência de sobrepreço no contrato de vigilância firmado entre a Procuradoria e a empresa Union.

Objetivando uma possível repactuação com vistas a reduzir os valores contratados, o Coordenador de Administração, em 22/10/2009, solicitou à sua equipe a elaboração de minuta de texto para consulta à esta Auditoria Interna, questionando a aplicabilidade da Portaria SLTI/MPOG nº 02/2008, tendo em vista o Relatório da Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União.

Por meio do Parecer CORAG/SEORI/AUDIN-MPU Nº 0235/2009, de 15/12/2009, esta Auditoria Interna manifestou-se pela necessidade de renegociação dos preços contratados para que houvesse extensão da vigência do contrato, devendo os valores serem limitados aos parâmetros estabelecidos na Portaria SLTI nº 10/2009, incumbindo a administração da PR/RR a realizar novo certame licitatório, na modalidade pregão eletrônico, caso a empresa contratada não aceite reduzir o valor da contratação, consoante orientação expressa do Ofício nº 727/2009-TCU/SECEX-RR.

O Coordenador de Administração, em atendimento ao disposto no supracitado Parecer, oficiou a empresa em 16/12/2009 questionando sobre a possibilidade de renegociação dos preços aos limites estipulados pela Portaria SLTI nº 10/2009, a qual manifestou-se contrariamente, uma vez que a Portaria não contempla a realidade do Estado de Roraima.

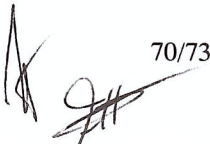
Em despacho de 21/12/2009, o Coordenador de Administração, tendo em vista o Parecer da AUDIN-MPU, determinou a abertura de processo administrativo para nova contratação de serviços de vigilância, estabelecendo como limite máximo os valores constantes da Portaria SLTI nº 10/2009.

Em 07/12/2009 foi firmado o 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 1/2009 objetivando prorrogar a vigência por mais seis meses.

Posteriormente, o Tribunal de Contas da União, expediu o Acórdão nº 378/2010 – Plenário, determinando *“à PR/RR que no caso de eventual prorrogação do contrato de vigilância e segurança armada em vigor, ou de realização de novo procedimento licitatório, observe as orientações expedidas pela Portaria SLTI nº 10/2009 (ou de outro ato normativo que a substitua), sobretudo no que concerne aos limites de preços a serem praticados, ou justifique a impossibilidade de cumpri-las.”*

Acrescentou, ainda, que seria encaminhada cópia dos autos à Secretaria Nacional de Direito Econômico, com vistas a examinar possível cartel na prestação de serviços de vigilância a órgãos do Governo Federal em Roraima (encaminhado mediante o Acórdão nº 833/2010-Plenário).

Em atendimento às determinações do TCU, foi realizado o Pregão nº 06/2010, cujo objeto

  
70/73

era a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada para serem executadas na sede da PR/RR. Por relevante, informamos que consta do edital da licitação a obrigatoriedade da proposta apresentar preço global anual inferior a R\$ 117.000,00. Este valor representa montante mensal máximo de R\$ 9.750,00, o qual encontra-se em conformidade com o limite máximo estipulado na Portaria SLTI nº 10/2009.

De acordo com a Ata de Sessão Pública, de 25/06/2010, o referido pregão restou fracassado. A única licitante presente era a própria Union Security e sua proposta não atendeu aos limites de valores estabelecidos na Portaria SLTI nº 10/2009.

Posteriormente, a Unidade informou, no Relatório de Gestão que, após o referido pregão:

“Foram empreendidas, então, tentativas frustradas de negociação com a contratada, a fim de reduzir os preços para os limites estabelecidos. Foi então preparada e aberta licitação conjunta com outros vinte órgãos públicos federais no Estado de Roraima (Pregão Eletrônico nº 02/2011 da Justiça Federal – Seção Judiciária de Roraima, com registro de preços), com os valores limites estabelecidos pela Portaria SLTI/MPOG nº 40/2010. A sessão pública está prevista no edital para o dia 15/03/2011. No aguardo desta licitação, o contrato foi prorrogado até 29/03/2011, com redução parcial de valores, após negociação com a contratada (contudo, tal redução ainda se encontra aquém daquela determinada pelo TCU).

O Pregão Eletrônico nº 02/2011, da Justiça Federal – Seção Judiciária de Roraima, foi declarado deserto e, por essa razão, foi prorrogado o contrato de vigilância então vigente, sem contemplar integralmente os limites estabelecidos pela SLTI. No obstante, a PR/RR aguarda posicionamento do TCU em relação ao Ofício nº 089/2011/GBPC/PRRR/MPF, de 18 de abril de 2011. O Ofício em tela pretende que o TCU dispense à PR/RR o mesmo tratamento dado à Seção Judiciária de Roraima e a outros órgãos federais que se encontram em situação similar no Estado de Roraima, ou seja, converter a determinação exarada no Acórdão 378/2010/TCU em recomendação.”

A Unidade informou ainda que:

“Durante o ano de 2010, o Presidente da CPL desta unidade gestora diligenciou junto a diversos órgão públicos federais igualmente afetados por determinações semelhantes do TCU, compilou quadros de necessidades e elaborou o termo de referência para uma licitação conjunta, mencionada acima. Durante reuniões entre os dirigentes máximos de alguns destes órgãos, em meados do exercício, restou decidido que a unidade gestora local da Justiça Federal se encarregaria de lançar o edital, na modalidade de pregão eletrônico com registro de preços, incluindo como participantes todos os órgãos interessados. Como o lançamento da licitação era uma providência externa à PR/RR, não houve possibilidade de gerência deste órgão sobre o processo, após o encaminhamento do termo de referência (ou projeto básico) elaborado; devido a procedimentos internos da UG gerenciadora do registro de preços então sob preparação, o edital foi lançado no dia

28/02/2011, com sessão pública para o dia 15/03/2011. Com o Pregão Eletrônico nº 02/2011 da Justiça Federal, espera-se uma concorrência efetiva entre empresas interessadas e a contratação com preços dentro dos limites estabelecidos pela SLTI/MPOG.


Convém salientar que a Administração da PR/RR buscou negociação com a empresa ora contratada, a fim de reduzir os valores para os limites estabelecidos; ante recusa da empresa, este órgão replicou o diálogo e obteve a exclusão de itens de composição de custos considerados inconsistentes e redução de valores no total de 14,71%, no mês de junho/2010. Neste caso, a lei não permite alteração unilateral do contrato, pois não se trata essencialmente de modificação do regime de execução do serviço, mas de preços unitários da composição dos preços mensais. Já em dezembro/2010, a empresa fez pedido de reajuste em razão de aumentos de encargos estabelecidos no acordo coletivo da categoria profissional de vigilantes, cuja data-base é setembro/2010, repercutindo em um aumento de aproximadamente 8,0%. Dessarte, em relação ao preço inicial do contrato, restou uma redução de 6,71%.

Fracassada a licitação da Seção Judiciária de Roraima, esta realizou novo certame, desta vez sozinha, pautando-se na conversão da determinação exarada no Acórdão nº 1.071/2011- TCU em recomendação do Acórdão nº 1.212/2011-TCU, logrou êxito contratando a preços compatíveis com os praticados nos demais órgãos federais sediados no Estado de Roraima. A Empresa Transvig venceu a licitação em tela e do certame originou-se uma ata de registro de preços. Por essa razão, a PR/RR oficiou por 03 (três) vezes a empresa vencedora no intuito de aderir à ata de registro de preços, não sendo atendida em seu pleito.”

Devido ao exposto, as providências adotadas pela unidade objetivando ao atendimento à determinação do TCU ainda não alcançaram os objetivos pretendidos com vistas à solução da questão em virtude das peculiaridades do mercado em Boa Vista/RR.

## 20. CONCLUSÃO

Em decorrência das análises efetuadas concernentes às informações constantes do Relatório de Gestão, assim como das avaliações nos controles internos e nos atos de gestão, propomos ao Secretário de Auditoria da AUDIN/MPU a emissão de Certificado de Auditoria de **REGULARIDADE** das contas dos responsáveis pelas Unidades Gestoras do MPF: Secretarias de Administração e de Gestão de Pessoas da Secretaria-Geral/MPF, das Procuradorias Regionais da República da 1ª Região/DF, 2ª Região/RJ, 3ª Região/SP, 4ª Região/RS e 5ª Região/PE, Procuradorias da República nos Estados do Acre; Alagoas; Amapá; Amazonas; Bahia; Ceará; Distrito Federal; Espírito Santo; Goiás; Maranhão; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; Minas Gerais; Pará; Paraíba;


 72/73

Paraná; Pernambuco, Piauí; Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte; Rio Grande do Sul; Rondônia; Roraima; Santa Catarina; São Paulo; Sergipe e Tocantins.

Brasília, 25 de julho de 2012.

  
Flávio Henrique H. C. de Albuquerque  
Assistente da COAUG

  
Helbert Soares Bento  
Analista de Controle Interno

  
Eder Sardinha e Silva  
Assistente da COAPE


  
Denise Brasil Sales  
Assistente da COAPE

  
Gabriel Matos de Souza Tenser  
Analista de Controle Interno

  
Agostinho de Sousa Sampaio  
Secretário Nível -1

De acordo.

Em 25 de julho de 2012.

  
André Felipe Flores da Silva  
Coordenador de Auditoria de Gestão

  
Paulo Patrocínio de Souza  
Coordenador de Auditoria de Recursos Humanos